



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - Uniceub
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - FAJS

HELLDER DE OLIVEIRA SOUSA

**A IRRECORRIBILIDADE IMEDIATA DAS DECISÕES
INTERLOCUTÓRIAS NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS
CÍVEIS ESTADUAIS FACE À POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE
TUTELAS DE URGÊNCIA**

BRASÍLIA
2011

HELLDER DE OLIVEIRA SOUSA

**A IRRECORRIBILIDADE IMEDIATA DAS DECISÕES
INTERLOCUTÓRIAS NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS
CÍVEIS ESTADUAIS FACE À POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE
TUTELAS DE URGÊNCIA**

Monografia apresentada como requisito para a
conclusão do curso de bacharelado em Direito
pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
do Centro Universitário de Brasília.
Orientador: Prof. MSc. Rodrigo Fernandes.

BRASÍLIA
2011

Ao meu Senhor e único Deus, Jesus Cristo, por sempre me guardar e guiar pelo caminho reto. *In memoriam*, às minhas sempre queridas mãe, Idelsuita de Oliveira Sousa, e avó, Maria Gomes de Oliveira, por participarem intensa e constantemente da minha vida. Dedico também ao meu pai, Agostinho de Sousa Neto, por me ensinar que a educação é o melhor presente que um pai pode dar a seu filho. Por fim, à minha namorada, Renata Christy Monteiro Pinto, por se revelar minha fiel companheira, o meu porto seguro.

AGRADECIMENTO

Agradeço ao professor Rodrigo Fernandes por, sempre comprometido com a orientação do presente trabalho acadêmico, colocar à disposição seu conhecimento. Agradeço, também, aos colegas Pedro Augusto, Arthur Cloves e Alex Rocha, pelo auxílio mútuo durante toda a extensão da presente graduação.

[...] a ciência processual deixou de ser um conjunto de princípios e regras técnicas apenas, para assumir caráter nitidamente instrumental, com a preocupação voltada para os fins a serem alcançados pelo processo. O estudo dos meios só se justifica na medida em que contribua para atingir resultados mais efetivos, eliminando a crise do processo, crise, essa, representada pela ineficiência do instrumento em relação a seus escopos.

José Roberto dos Santos Bedaque

RESUMO

O fito da presente monografia é apresentar subsídios que propiciem uma adequada conclusão acerca da plena e incondicional aplicação do postulado da irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias no rito especial dos juizados especiais cíveis estaduais, sob a ótica da possibilidade de concessão de tutelas de urgência, além de propor soluções às questões correlatas que emergem do debate nuclear. Para tanto, são ressaltadas as peculiaridades do microssistema processual dos juizados especiais – principalmente no que tange aos princípios norteadores – bem como detalhados os instrumentos de impugnação imediata cabíveis ante a mitigação do mencionado postulado. É efetuada, ainda, a ponderação acerca de possíveis violações aos princípios gerais do processo, garantias constitucionalmente asseguradas aos jurisdicionados, assim como discutido eventual embate entre tais direitos fundamentais e os princípios informadores dos juizados especiais. Sem desconsiderar a já reconhecida repercussão geral da matéria, também são minuciosamente analisadas as razões que fundamentam o atual entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal.

Palavras-chave: Irrecorribilidade em separado. Impugnação imediata. Decisões Interlocutórias. Juizados especiais cíveis estaduais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS ESTADUAIS	8
1.1 O SURGIMENTO E A EVOLUÇÃO	8
1.2 Os PRINCÍPIOS INFORMADORES	11
1.2.1 A oralidade	12
1.2.1.1 A prevalência da palavra falada sobre a escrita	12
1.2.1.2 A imediatidade entre o juiz e a fonte da prova oral	13
1.2.1.3 A identidade física do juiz	14
1.2.1.4 A concentração dos atos processuais em audiência	15
1.2.1.5 A irrecorribilidade das decisões interlocutórias em separado	16
1.2.2 A informalidade ou simplicidade	18
1.2.3 A economia processual	19
1.2.4 A celeridade	20
1.2.5 A autocomposição	21
1.2.6 A equidade	23
1.3 O MICROSSISTEMA PROCESSUAL	24
2 AS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NO RITO DA LEI Nº 9.099/95	25
2.1 A APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA À LEI Nº 9.099/95	25
2.1.1 O Estatuto dos juzizados especiais	25
2.1.2 O Código de Processo Civil	28
2.2 A CONCESSÃO DE TUTELAS DE URGÊNCIA	30
2.3 OS INSTRUMENTOS DE IMPUGNAÇÃO IMEDIATA	36
2.3.1 O mandado de segurança contra ato judicial	37
2.3.2 A correção parcial	39
2.3.3 O agravo de instrumento	41
3 O CONFLITO PRINCIPIOLÓGICO	46
3.1 OS PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO	47
3.1.1 O devido processo legal	48
3.1.2 O acesso à justiça	51
3.1.3 O contraditório e a ampla defesa	53
3.2 PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO VS. PRINCÍPIOS INFORMADORES	55
3.3 O POSICIONAMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	57
CONCLUSÃO	66
REFERÊNCIAS	69

INTRODUÇÃO

O presente trabalho acadêmico tem como cerne a irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias – especificamente as que versam acerca de tutelas de urgência – no âmbito dos juizados especiais cíveis estaduais, matéria polêmica atrelada ao Direito Processual Civil.

Para a adequada abordagem do tema, faz-se imprescindível a sua contextualização no atual mundo jurídico, razão pela qual é essencial que o estudo não se limite aos juizados especiais cíveis estaduais, mas se estenda também pela seara dos juizados especiais cíveis federais e dos recentes juizados especiais da Fazenda Pública, com aprofundamento nas matérias comuns ao núcleo do estudo. Somente assim será possível a plena compreensão do microssistema processual peculiar que se traduz nos atuais juizados especiais. Em síntese, é o que se almeja no primeiro capítulo da presente monografia.

Suficientemente delineadas as particularidades relativas à origem, à evolução e, principalmente, aos princípios que orientam o microssistema, partir-se-á, então, para o estudo da admissibilidade das tutelas de urgência no bojo dos juizados especiais cíveis estaduais, ante a omissão legal do texto regulamentador.

No capítulo intermediário, serão apresentadas as influências recíprocas entre as ramificações dos juizados especiais, bem como aquelas advindas do Código de Processo Civil, que subsidiariamente desencadeiam a possibilidade de concessão de tutelas de urgência no rito processual em comento. Admitida a hipótese, serão abordados os respectivos instrumentos de impugnação imediata, sempre expondo a opinião doutrinária e as consequências jurídicas oriundas de cada entendimento.

Já no derradeiro capítulo, serão analisadas as possíveis violações principiológicas em que a aplicação irrestrita da irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias no procedimento sumaríssimo poderia incorrer. Posteriormente, será efetuado o estudo acerca da solução mais adequada para um suposto conflito entre os princípios informadores dos juizados especiais e os princípios gerais do processo.

Por fim, haja vista a Suprema Corte já ter apreciado a matéria, mas sem desconsiderar a reação da doutrina com o entendimento ora firmado, serão confrontadas as razões que motivam a decisão do Pretório Excelso e as consequentes críticas doutrinárias.

1 OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS ESTADUAIS

1.1 O surgimento e a evolução

A junção dos objetivos de maior plenitude no acesso à jurisdição e maior efetividade na resolução de litígios de menor complexidade é um ideal que possui lastro temporal no Século XI, quando a Inglaterra implantou um sistema com tal finalidade para causas cíveis, sucedida pela Áustria em 1873. Ao final do Século XIX, a Noruega também aderiu ao sistema, como forma de proteção aos camponeses incapazes de arcar com as despesas advocatícias. Por sua vez, os Estados Unidos da América criaram, no ano de 1912, a *Poor Man's Court* e, posteriormente, as *Small Claims Courts*, essas últimas com competência para processar e julgar causas limitadas ao valor de cinquenta dólares.¹

Em solo pátrio, a Constituição Federal de 1967 – com posterior alteração pela Emenda Constitucional nº 7, de 13 de abril de 1977 – previu a possibilidade de criação de lei, mediante proposta do Tribunal de Justiça, que versasse acerca do julgamento de causas de pequeno valor. Entretanto, o primeiro esboço dos atuais juzizados especiais nos remete aos anos 80, com a criação do primeiro Conselho de Conciliação e Arbitragem no Estado do Rio Grande do Sul, cuja competência decisória era extrajudicial e sobre causas de até 40 ORTNs, valor que à época correspondia a aproximadamente 4,76 salários mínimos. Posteriormente, em 1984, diante dos esforços do até então existente Ministério da Desburocratização, foi aprovada a Lei nº 7.244/84, que dispôs sobre a criação e funcionamento do juzizado especial de pequenas causas no âmbito federal.²

Trata-se, pois, de uma das ações inovadoras adotadas pelo Estado com o fito de amenizar os efeitos do crescente quantitativo de demandas submetidas à apreciação do Poder Judiciário, conforme defende Ana Maria Goffi Scartezzini: “a sobrecarga do Poder Judiciário tem impulsionado a adoção de fórmulas alternativas de solução de conflitos, nas quais se inserem a arbitragem e a mediação, além dos próprios Juzizados Especiais”.³

¹ CATALAN, Marcos Jorge. *O procedimento do juzizado especial cível*. São Paulo: Mundo Jurídico, 2003. p. 11.

² CUNHA, Luciana Gross Siqueira. Juzizado especial: ampliação do acesso à justiça?. In: SADEK, Maria Tereza (Org.). *Acesso à justiça*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001. p. 43.

³ SCARTEZZINI, Ana Maria Goffi. O prazo razoável para a duração dos processos e a responsabilidade do Estado pela demora na outorga da prestação jurisdicional. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; WAMBIER, Luiz Rodrigues; GOMES JÚNIOR, Luiz Manoel; FISCHER, Octavio Campos; FERREIRA, William Santos (Coord.). *Reforma do Judiciário: primeiras reflexões sobre a emenda constitucional n. 45/2004*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. p. 47.

O recém-criado procedimento judicial foi uma alternativa adotada com vistas a amenizar os prejuízos oriundos da crescente litigiosidade social – advinda do aumento das relações jurídicas entre os indivíduos aliado ao constante desenvolvimento econômico –, bem como uma forma de corrigir certas fragilidades do Judiciário, sobretudo no que tange ao acesso à Justiça, a efetividade da prestação jurisdicional e a razoável duração do processo, conforme se depreende da Exposição de Motivos da Lei nº 7.244/84:

A elevada concentração populacional nas áreas urbanas, aliada ao desenvolvimento acelerado das formas de produção e consumo de bens e serviços, atua como fator de intensificação e multiplicação de conflitos, principalmente no plano das relações econômicas. Tais conflitos, quando não solucionados, constituem fonte geradora de tensão social e podem facilmente transmutar-se em comportamento anti-social. Impõem-se, portanto, facilitar ao cidadão comum o acesso à Justiça, removendo todos os obstáculos que a isso se antepõem. O alto custo da demanda, a lentidão e a quase certeza da inviabilidade ou inutilidade do ingresso em Juízo são fatores restritivos, cuja eliminação constitui a base fundamental da criação de novo procedimento judicial e do próprio órgão encarregado de sua aplicação, qual seja o Juizado Especial de Pequenas Causas.⁴

Porém, o foco dos juizados especiais de pequenas causas não se restringiu à redução da sobrecarga nos tribunais, mas abarcou, também, a resolução eficaz das demandas de menor complexidade, anteriormente afastadas da apreciação judicial. Segundo Bruno Garcia Redondo,⁵ ao corroborar o entendimento de Kazuo Watanabe,⁶ o fenômeno da litigiosidade contida, tinha como causa três fatores, a saber:

- (i) Inadequação da estrutura do Judiciário, vigente à época, para solucionar conflitos individuais, principalmente os de pequena expressão econômica.
- (ii) Tratamento legislativo insuficiente, tanto no plano material, quanto no plano processual, dos conflitos coletivos e difusos; e
- (iii) Tratamento processual inadequado das causas de reduzido valor econômico, resultante da inaptidão do Judiciário para proporcionar uma célere e não-custosa solução dessa espécie de controvérsia.

Logo, estamos abordando um novo procedimento processual, que tem como escopo adequar o sistema a sua própria realidade, de forma a superar seus óbices e propor uma real pacificação das lides sociais, ou seja, alcançar a real finalidade do processo.

⁴ BRASIL. Congresso. Exposição de Motivos nº 007, de 17 de maio de 1983, do Senhor Ministro de Estado Orientador e Coordenador do Programa Nacional de Desburocratização. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, 26 agosto 1983. Seção 1. p. 8015.

⁵ REDONDO, Bruno Garcia. Da recorribilidade das decisões interlocutórias nos juizados especiais cíveis federais e estaduais. In: MIRANDA NETTO, Fernando Gama de; ROCHA, Felipe Borring (Org.). *Juizados especiais cíveis: novos desafios*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 182.

⁶ WATANABE, Kazuo. Filosofia e características básicas do juizado especial de pequenas causas. In: WATANABE, Kazuo (Coord.). *Juizado especial de pequenas causas: Lei 7.244, de 7 de novembro de 1984*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985. p. 2-3.

Nesse sentido, Heliana Maria Coutinho Hess destaca que “os litígios sociais exigem do Poder Judiciário a atuação positiva, com a flexibilidade e rapidez no tratamento do conflito”.⁷ Igualmente, Rudolf Hutter disserta acerca do direito de acesso dos cidadãos à própria jurisdição, bem como a função, exclusivamente estatal, de prestá-la de forma apropriada:

Na medida em que o Estado reserva a si, exclusivamente, o exercício da jurisdição, conferindo ao indivíduo, em contrapartida, o poder de lhe exigir tal providência (à qual basta a mera afirmação de ameaça ou lesão a direito), a viabilidade da prestação jurisdicional depende de que seja facilitado, sob a ótica econômica, o próprio acesso, a fim de permitir seja o conflito submetido à apreciação do órgão jurisdicional competente.⁸

Imbuído desse espírito inovador, o legislador constituinte dispendeu atenção especial ao promulgar a Magna Carta de 1988: certos direitos, anteriormente considerados utópicos, ganharam *status* constitucional e passaram a integrar o rol dos direitos fundamentais e a reger integralmente o ordenamento jurídico brasileiro.

Nesse novo contexto constitucional, a Lei nº 7.244/84 se mostrou com certas defasagens técnicas e estruturais que obstaculizavam a concretização de seus objetivos. Desta forma – atendendo ao comando constitucional de eficácia limitada disposto no artigo 98, inciso I, da Constituição Federal de 1988 – foi editada a Lei nº 9.099/95, que dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais, revogando expressamente a Lei nº 7.244/84.

Ainda que se trate de um novo texto legal, pode-se dizer que a Lei nº 9.099/95 incorporou os princípios e objetivos de sua antecessora, contudo, com maior tecnicidade e detalhamento na regulamentação do procedimento judicial aplicado aos juizados especiais cíveis estaduais, tudo de forma a possibilitar a real concretização de seus princípios informadores, em perfeita consonância com os princípios constitucionais.

A Emenda Constitucional nº 45/2004, conhecida como “*a reforma do Judiciário*”, também foi essencial ao aprimoramento do sistema judiciário brasileiro, por assegurar aos jurisdicionados a razoável duração do processo e a celeridade em sua tramitação, o que somente reafirmou o que já dispunha a Lei nº 9.099/95, nos mesmos moldes de sua precursora.

⁷ HESS, Heliana Maria Coutinho. *Acesso à justiça por reformas judiciais*. Campinas: Millenium, 2004. p. 35.

⁸ HUTTER, Rudolf. *Os princípios processuais no Juizado Especial Cível*. São Paulo: Iglu, 2004. p. 68.

Foi nesse contexto favorável que foi aprovada a Lei nº 10.259/2001 – que dispõe sobre a instituição dos juizados especiais cíveis e criminais no âmbito da Justiça Federal – de acordo com o artigo 98, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988, acrescido pela Emenda Constitucional nº 22/1999, e transformado em § 1º pela Emenda Constitucional nº 45/2004. Observa-se que a citada Lei foi aperfeiçoada com dispositivos ausentes na Lei nº 9.099/95, decorrentes da experiência adquirida com a vigência desta, contudo, conservaram-se exatamente os mesmos fins e princípios.

Posteriormente à vigência das Leis nº 9.099/95 e 10.259/2001, foi editada a Lei nº 12.153/2009, que regulamenta os juizados especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, igualmente com os mesmos escopos e bases.

Desta forma, vigoram atualmente no ordenamento jurídico brasileiro três leis muito semelhantes, que basicamente apresentam como única diferença entre si os seus respectivos âmbitos de atuação, razão pela qual parte da doutrina defende a existência de um *Estatuto dos juizados especiais*, cujas leis 9.099/95, 10.259/2001 e 12.153/2009 representam uma evolução gradual dos juizados especiais como um todo, o que possui certas implicações no mundo jurídico, conforme será abordado adiante.

1.2 Os princípios informadores

Os princípios informadores do procedimento que regem as causas submetidas aos juizados especiais cíveis estaduais se encontram elencados no artigo 2º da Lei nº 9.099/95,⁹ sendo eles: a oralidade, a informalidade, a simplicidade, a economia processual, a celeridade e a autocomposição.

Além dos princípios orientadores acima elencados, a Lei nº 9.099/95 também atrai a aplicação do princípio da equidade,¹⁰ de forma a complementar a orientação principiológica dada ao rito dos juizados especiais cíveis estaduais, razão pela qual o referido princípio será igualmente explicitado.

⁹ BRASIL. *Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995*. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília, 1995. Art. 2º. O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

¹⁰ Ibidem. Art. 6º. O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum.

1.2.1 A oralidade

O princípio da oralidade tem como fim possibilitar maior agilidade ao trâmite processual e, conseqüentemente, propiciar resultados jurisdicionais mais efetivos. Conforme entendimento de José Eduardo Carreira Alvim, “a influência do princípio da oralidade sobre o processo dos juizados especiais é que dá ao procedimento a característica de sumariíssimo. [...]”.¹¹

No entanto, faz-se necessário um exame aprofundado do princípio da oralidade, com vistas a se evitar equívocos em sua aplicação prática. Para tanto, Giuseppe Chiovenda afirma a existência de cinco postulados intimamente associados entre si, cuja junção resulta na característica peculiar do processo oral, são esses: a prevalência da palavra como meio de expressão combinada com o uso de meios escritos de preparação e de documentação; a imediação da relação entre o juiz e as pessoas cujas declarações deva apreciar; a identidade das pessoas físicas que constituem o juiz durante a condução da causa; a concentração do conhecimento da causa num único período (debate) a desenvolver-se numa audiência ou em poucas audiências contíguas; e a irrecorribilidade das decisões interlocutórias em separado.¹²

1.2.1.1 A prevalência da palavra falada sobre a escrita

A oralidade privilegia a prática oral dos atos processuais no intuito de desestimular os atos escritos. Trata-se de uma preponderância e não de um completo banimento do processo escrito, o qual será observado durante a prática de atos essenciais,¹³ de modo a preservá-los dos prejuízos decorrentes do decurso temporal. Acerca da coexistência da oralidade com o processo escrito, vejamos as lições de Chiovenda:

De outro turno, o princípio da oralidade não exige em rigor a exclusão da escrita no processo, como o nome poderia levar os desavisados a presumir, uma vez que a escrita, como meio aperfeiçoado, que é, de exprimir o pensamento e de conservar-

¹¹ ALVIM, José Eduardo Carreira. Comentários ao artigo 2º. In: CARVALHO, Luís Gustavo Grandinetti Castanho de (Org.). *Lei dos Juizados Cíveis e Criminais Comentada e Anotada*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000. p. 12.

¹² CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de Direito Processual Civil*. 4. ed. Campinas: Bookseller, 2009. p. 1003-1008.

¹³ BRASIL. *Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995*. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília, 1995. Art. 13. [...] § 3º Apenas os atos considerados essenciais serão registrados resumidamente, em notas manuscritas, datilografadas, taquigrafadas ou estenotipadas. Os demais atos poderão ser gravados em fita magnética ou equivalente, que será inutilizada após o trânsito em julgado da decisão. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

lhe duradouramente a expressão, não pode deixar de ocupar no processo o lugar, que ocupa em qualquer relação da vida. Mas precisamente não se lhe quer atribuir senão o lugar que lhe compete segundo as condições da vida moderna e conforme a utilidade efetiva que possa ter nos processos.¹⁴

Todavia, para a oralidade não basta o uso pontual da palavra falada, mas deverá haver sua predominância em ocasiões onde comumente se utilizaria a escrita. Ao discorrer sobre o tema, Alexandre Freitas Câmara ressalta tal característica: “[...] Quando se diz, portanto, que o processo dos Juizados Especiais Cíveis é um processo oral, está-se com isso querendo dizer que nesse processo a palavra falada prevalece sobre a escrita”.¹⁵

Ao contrário do rito ordinário – cuja exigência da forma escrita para determinados atos é facilmente perceptível –, no procedimento adotado pela Lei nº 9.099/95 a forma oral é sempre indicada, não apenas na fase instrutória, onde geralmente é utilizada, mas também nas demais fases processuais, como na postulatória, onde não só meras declarações ou pedidos obedecem à forma oral, mas também seus próprios fundamentos de fato e de direito, chegando até mesmo a ser admitida a instauração do processo mediante a apresentação oral do pedido.¹⁶

1.2.1.2 A imediatidade entre o juiz e a fonte da prova oral

Especialmente na fase instrutória, a oralidade exerce papel de destaque, visto que a utilização da voz em substituição às letras propicia ao magistrado melhor qualidade em sua cognição, pois, de maneira mais eficaz, poderá proceder à avaliação de qualquer declaração observando elementos que podem ser decisivos ao seu livre convencimento – como a entonação, o semblante e a convicção do declarante –, porém apenas perceptíveis por intermédio da fala.

O contato direto entre o julgador e as partes – assim como entre todos aqueles que colaborem direta ou indiretamente com o livre convencimento do juiz – é de suma relevância, haja vista a possibilidade de todos os envolvidos no litígio se manifestarem livremente, ampliando os horizontes do contraditório e da ampla defesa.

¹⁴ CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de Direito Processual Civil*. 4. ed. Campinas: Bookseller, 2009. p. 1003-1004.

¹⁵ CÂMARA, Alexandre Freitas. *Juizados Especiais Cíveis Estaduais, Federais e da Fazenda Pública: uma abordagem crítica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 8.

¹⁶ BRASIL. *Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995*. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília, 1995. Art. 14. O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido, escrito ou oral, à Secretaria do Juizado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

1.2.1.3 A identidade física do juiz

A vinculação do magistrado ao processo objetiva complementar a pretensão de outros dois desdobramentos da oralidade: o da imediatidade entre o juiz e a fonte da prova oral, já anteriormente explanado; e o da concentração dos atos processuais, o qual será devidamente exposto adiante. O que se almeja é a garantia de que o magistrado que anteriormente colheu as provas seja o mesmo que prolatará a sentença, salvo, é claro, em casos excepcionais, como morte ou aposentadoria.

Ora, se estamos perante um processo em que impera a oralidade, o produto oriundo do contato advindo da imediatidade do juiz com a prova oral apenas poderá ser transmitido a outro magistrado por intermédio da escrita, o que seria, neste contexto processual, no mínimo, uma contradição.

Desta forma, a identidade física do juiz assegura ao jurisdicionado que somente um único magistrado é quem procederá à cognição da demanda e à análise instrutória. Somente assim se garante que os frutos obtidos tenham utilidade na fundamentação da decisão. A ideia é cristalinamente reconhecida no comando previsto no artigo 28 da Lei nº 9.099/95,¹⁷ que rechaça a possibilidade de o julgamento ocorrer por julgador diverso daquele que presidiu a instrução, já que a sentença deverá ser exarada logo após a audiência de instrução e julgamento.

Todavia, a prática forense revela situação distinta, onde há a possibilidade de que a sentença não seja proferida imediatamente após a audiência de instrução e julgamento, hipótese que gera como consequência a possibilidade de que magistrado diverso daquele anteriormente vinculado ao processo venha realizar o julgamento da demanda. Nesse sentido são as palavras de Alexandre Freitas Câmara:

[...] na prática muitos juízes têm atuado nos Juizados Especiais Cíveis como se estivessem em juízos cíveis comuns, e desrespeitam o comando contido no art. 28 da Lei nº 9.099/95. Em outras palavras, muitos juízes encerram a audiência sem proferir sentença, como se incidisse na hipótese o art. 456 do CPC.¹⁸

¹⁷ BRASIL. *Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995*. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília, 1995. Art. 28. Na audiência de instrução e julgamento serão ouvidas as partes, colhida a prova e, em seguida, proferida a sentença. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

¹⁸ CÂMARA, Alexandre Freitas. *Juizados Especiais Cíveis Estaduais, Federais e da Fazenda Pública: uma abordagem crítica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 12.

Verifica-se, pois, que ainda que não concluída a audiência, a subsequente deverá ser designada para a data mais próxima possível – em atenção ao postulado da identidade física do juiz – de forma a se evitar situações que impeçam a presença do julgador que até então conduziu a causa.

1.2.1.4 A concentração dos atos processuais em audiência

Trata-se de uma medida com vistas a repelir os prejuízos decorrentes do lapso do tempo e, concomitantemente, mais um benefício em prol da celeridade no trâmite processual. É por intermédio da audiência una que se procura concentrar o maior número de atos processuais e, em caso excepcional de impossibilidade da realização de uma única audiência, a designação de audiência posterior no menor intervalo temporal possível.

Tamanha é a importância deste postulado no procedimento dos juizados especiais cíveis estaduais que se pode afirmar que a concentração dos atos processuais em audiência é a característica que melhor diferencia o procedimento sumaríssimo adotado pela Lei nº 9.099/95 do procedimento em que vigora o processo escrito. Inclusive, é o aspecto mais marcante do princípio da oralidade, conforme opina Giuseppe Chiovenda:

[...] Este princípio da *concentração* é a principal característica *exterior* do processo oral, e a que mais influi na abreviação das lides. O mesmo é dizer *oralidade* que *concentração*. E aqui melhor se manifesta a diferença entre o processo oral e o escrito: que, ao passo que o oral tende necessariamente a restringir-se a uma ou poucas audiências próximas, nas quais se desenvolvem todas as atividades processuais, o processo escrito, ao contrário, difunde-se numa série indefinida de fases, pouco importando que uma atividade se desenvolva mesmo a grande distância de outra, de vez que é apoiado nos atos escritos que o remoto juiz terá, um dia, de julgar. [...] ¹⁹

Nesse diapasão, a melhor exegese acerca da concentração dos atos processuais em audiência revela o ideal de que todas as questões sejam analisadas e decididas de forma imediata e sucessiva, desde a proposta de conciliação até a prolação da sentença.

Ainda que seja empregado enorme esforço em reduzir o tempo compreendido entre audiências, atualmente se pode observar a predominância da audiência bipartida em detrimento da audiência una. Naquela hipótese, há primeiramente uma audiência de conciliação e, caso não se logre êxito, a posterior audiência de instrução e julgamento:

¹⁹ CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de Direito Processual Civil*. 4. ed. Campinas: Bookseller, 2009. p. 1007. Grifos pelo autor.

Predomina, hoje, entre os magistrados paulistas, o entendimento de que o procedimento previsto pela Lei 9.099/95 é bipartido, constituindo-se de uma audiência exclusivamente conciliatória e outra destinada à apresentação de resposta, instrução e julgamento.²⁰

Ademais, a prática forense – instrumento que melhor se propõe a verificar o cumprimento dos objetivos ao qual se propôs os juizados especiais cíveis estaduais, haja vista ser o elo entre o mundo do *ser* e do *dever ser* – indica a litigiosidade acentuada como um dos obstáculos à unicidade da audiência. Independentemente da razão, infere-se que a realização de mais de uma audiência no decorrer do procedimento, levando-se em consideração também o tempo compreendido entre essas, implica necessariamente no adiamento do deslinde do feito. É como esclarece Bruno Garcia Redondo:

Em que pese a aparente celeridade do procedimento, a prática forense revela que a *litigiosidade exacerbada* tem gerado uma *superlotação* dos Juizados, ocasionando, em inúmeras Comarcas e Seções Judiciárias, a *desconcentração* e o fracionamento dos atos processuais, sendo cada vez mais alongado o procedimento e maior o intervalo de tempo entre as audiências e entre elas e a prolação da sentença.²¹

Ressalta-se, desde já, que a bipartição da audiência – consubstanciada na mitigação do postulado da concentração dos atos processuais em audiência – dá origem a inúmeras questões que influem diretamente em todo o rito, como se verá mais à frente.

1.2.1.5 A irrecurribilidade das decisões interlocutórias em separado

Outra característica do processo oral é a irrecurribilidade em separado das decisões interlocutórias, ou seja, no procedimento regido pela Lei nº 9.099/95 – devido à influência do princípio da oralidade – é vedada, em regra, a impugnação imediata dos pronunciamentos interlocutórios.

Desta forma, para fins de impugnação, as questões incidentes devem permanecer associadas à questão principal da causa, economizando tempo em benefício da celeridade e da economia processuais. Para tanto, a matéria objeto da irresignação decisória não é coberta pelo manto da preclusão, devendo ser suscitada no momento da interposição do recurso em face da sentença. Portanto, o que se procura restringir é a recorribilidade imediata, não o próprio direito de recorrer. Nas palavras de Alexandre Freitas Câmara:

²⁰ CHIMENTI, Ricardo Cunha. *Teoria e Prática dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 172.

²¹ REDONDO, Bruno Garcia. Da recorribilidade das decisões interlocutórias nos juizados especiais cíveis federais e estaduais. In: MIRANDA NETTO, Fernando Gama de; ROCHA, Felipe Borring (Org.). *Juizados especiais cíveis: novos desafios*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 187. Grifos pelo autor.

[...] uma vez proferida a decisão interlocutória, contra ela não cabe recurso mas, por outro lado, a matéria sobre a qual a mesma versa não fica coberta pela preclusão. Desse modo, uma vez proferida a sentença, será possível, no recurso que contra ela venha a ser interposto, sejam suscitadas todas as matérias que tenham sido objeto das decisões interlocutórias proferidas ao longo do processo. [...]²²

Inclusive, em decorrência da oralidade e dos demais princípios orientadores, o procedimento dos juizados especiais cíveis estaduais, ao menos em um primeiro momento, seria um campo naturalmente infértil à existência de decisões interlocutórias. Ainda que haja sua ocorrência, a exigência de impugnação simultânea à impugnação da sentença seria extremamente razoável, em razão da concentração dos atos processuais em audiência, uma vez que as decisões – sejam interlocutórias ou sentença – seriam prolatadas sucessiva e imediatamente, devendo o eventual recorrente aguardar tão somente alguns instantes para, então, apresentar as razões de sua inconformidade.

Contudo, ao retomarmos o entendimento atualmente prevalecente de que o procedimento previsto na Lei nº 9.099/95 admite a audiência bipartida, aumenta-se a possibilidade de haver decisões interlocutórias durante o curso processual, prejudicando diretamente a razão de se inadmitir a recorribilidade desta espécie de manifestação judicial. Vejamos o entendimento de Bruno Garcia Redondo:

Convém observar que a aplicação do postulado da *irrecorribilidade das decisões interlocutórias* somente se justifica caso outro postulado também seja observado, qual seja, o da *concentração dos atos processuais em audiência*. Afinal, sendo todos os atos processuais praticados em audiência, e nesta sendo decididos todos os incidentes e proferida a sentença, pouco espaço se abre para a prolatação da decisão interlocutória, devendo a parte insurgir-se, desde logo, contra a sentença.²³

Parte da doutrina afirma, inclusive, que a irrecurribilidade em separado das decisões interlocutórias deve admitir como exceção as decisões que antecipam os efeitos da tutela, conforme defende José Eduardo Carreira Alvim: “Principalmente a irrecurribilidade das decisões interlocutórias – exceção feita para as hipóteses de tutela antecipada – é que imprime colorido mais acentuado de oralidade ao processo dos juizados especiais”.²⁴

²² CÂMARA, Alexandre Freitas. *Juizados Especiais Cíveis Estaduais, Federais e da Fazenda Pública: uma abordagem crítica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 13-14.

²³ REDONDO, Bruno Garcia. Da recorribilidade das decisões interlocutórias nos juizados especiais cíveis federais e estaduais. In: MIRANDA NETTO, Fernando Gama de; ROCHA, Felipe Borring (Org.). *Juizados especiais cíveis: novos desafios*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 189. Grifos pelo autor.

²⁴ ALVIM, José Eduardo Carreira. Comentários ao artigo 2º. In: CARVALHO, Luís Gustavo Grandinetti Castanho de (Org.). *Lei dos Juizados Cíveis e Criminais Comentada e Anotada*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000. p. 12.

Consoante a tal entendimento, Joel Dias Figueira Júnior defende a impugnação em separado das decisões interlocutórias diante da existência de situações excepcionais que exigem rápida reapreciação judicial:

Funda-se esse princípio na premissa de que, diante da oralidade em grau máximo e da consequente concentração dos atos, não haveria lugar para recurso das decisões interlocutórias. Sem dúvida, a teoria é perfeita e a tese adequada. Contudo, quando levada para o mundo empírico e testada na prática forense dos Juizados Especiais, algumas situações excepcionais de caráter emergencial surgirão, exigindo uma rápida revisão da decisão proferida em primeira instância [...]²⁵

Restringindo-se à esfera dos princípios orientadores dos juizados especiais, a regra teórica permanece a da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias. Porém, ao aplicá-la na prática forense, verifica-se a existência de exceções que necessariamente implicam na mitigação do postulado, como ocorre na hipótese das tutelas de urgência.

1.2.2 A informalidade ou simplicidade

A informalidade e a simplicidade previstas na Lei nº 9.099/95 têm a mesma missão: flexibilizar o rito de maneira a minimizar as formalidades tradicionalmente exigidas em outros procedimentos, bem como evitar incidentes processuais, razão pela qual ambos os princípios serão interpretados simultaneamente.

Desde já, destaca-se que, ainda que se apregoe a deformalização do procedimento, tal afirmativa não significa que aos atuantes nos juizados especiais cíveis estaduais é permitido se desvincular do que determina o ordenamento jurídico, mas sim se desvencilhar da burocracia e das formalidades desnecessárias à finalidade dos atos.²⁶

Uma vez praticado o ato, deve-se aferir sua validade sob a ótica do êxito no resultado, ainda que não seja fielmente observada a forma prescrita em lei. Ou seja, estamos diante do princípio da instrumentalidade das formas. Logo, procura-se erradicar a exacerbação das formas processuais e não a sua completa extinção. Sobre o tema, vejamos os ensinamentos de Alexandre Freitas Câmara:

²⁵ TOURINHO NETO, Fernando da Costa; FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. *Juizados Especiais Federais Cíveis e Criminais*: comentários à Lei 10.259, de 10.07.2011. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 90.

²⁶ BRASIL. *Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995*. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília, 1995. Art. 13. Os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais forem realizados, atendidos os critérios indicados no art. 2º desta Lei. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

É evidente que não se poderá jamais acabar com as formas dos atos processuais. Todo ato jurídico tem, entre seus elementos constitutivos, uma forma. Seja ela solene ou não, todo ato jurídico tem forma. O que se busca é abolir o formalismo, ou seja, o exagero formal. A forma deve ser encarada apenas como um instrumento destinado a assegurar a obtenção do resultado a que se dirige o ato jurídico (seja ele processual ou não). Daí, sempre que tal resultado for alcançado, deve ser o ato considerado válido, ainda que praticado por forma diversa da prescrita em lei. Tem-se, pois, com isso, o princípio da instrumentalidade das formas [...].²⁷

Ambos os princípios são instrumentos essenciais à efetivação do acesso à justiça. A prestação jurisdicional objetiva, simples e informal abrevia a distância entre o Estado-Juiz e seus jurisdicionados, que passam a ter maior credibilidade nas instituições judiciárias. Sem dúvidas, é o que se almeja nos Juizados Especiais Cíveis estaduais.

1.2.3 A economia processual

No rito em que vigora a economia processual, deve-se atingir a pacificação do litígio com o melhor custo-benefício dos recursos empregados, sejam eles de quaisquer espécies, principalmente no tocante à atividade jurisdicional. Nas palavras de Ricardo Cunha Chimenti, “o princípio da economia processual visa à obtenção do máximo rendimento da lei com o mínimo de atos processuais”.²⁸

No bojo da Lei nº 9.099/95, o princípio da economia processual possui delineações mais precisas e facilmente perceptíveis. É o que se verifica nas inovações da Lei que se traduzem na inexistência de despesas processuais no primeiro grau de jurisdição²⁹ (salvo em hipótese de má fé) e a faculdade à assistência advocatícia nas causas cujo valor não exceda vinte salários mínimos.³⁰

Tem-se, portanto, que o princípio da economia processual não deve ser interpretado unicamente como um desestímulo à prática de atos processuais desnecessários e prejudiciais à tramitação do feito, mas também é seu mérito a desoneração, tanto quanto possível, das despesas comumente suportadas pelos litigantes, facilitando o acesso à justiça.

²⁷ CÂMARA, Alexandre Freitas. *Juizados Especiais Cíveis Estaduais, Federais e da Fazenda Pública: uma abordagem crítica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 15.

²⁸ CHIMENTI, Ricardo Cunha. *Teoria e Prática dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais*. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 40.

²⁹ BRASIL. *Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995*. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília, 1995. Art. 54. O acesso ao Juizado Especial independará, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

³⁰ Ibidem. Art. 9º. Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

1.2.4 A celeridade

É fato notório que na tramitação de qualquer processo – até mesmo com vistas a evitar futuras nulidades e assegurar direitos processuais fundamentais, como o contraditório, a ampla defesa e a publicidade dos atos processuais – há um lapso temporal necessário para a concretização do devido processo legal.

Outrossim, é comumente sabido que a celeridade processual é garantida independentemente do procedimento adotado – por força da Emenda Constitucional nº 45/2004 – que incluiu a razoável duração do processo e a celeridade em sua tramitação no rol dos direitos fundamentais previstos na Magna Carta.³¹ A medida visa impedir a postergação desnecessária do feito, pois, ainda que instaurado o processo, o estado de litigiosidade continua a prejudicar a sociedade.

Desta forma, a celeridade não deve ser conquistada a qualquer custo, mas respeitado o espaço temporal estritamente necessário ao correto prosseguimento da demanda, sua aplicação é a regra. Consoante a esse entendimento, adequadas são as palavras utilizadas por Rudolf Hutter ao dissertar acerca do equilíbrio entre celeridade e o tempo necessário ao percurso processual:

O fato é que, formulada a pretensão e formada validamente a relação processual, o desenvolvimento desta deve ocorrer em razoável espaço de tempo, sem prejuízo da adequada cognição dos fatos relacionados ao objeto litigioso do processo, objetivando-se atingir, o mais rapidamente possível, a fase destinada à certificação dos direitos controvertidos.³²

Não é razoável priorizar a celeridade no trâmite processual se preterida a entrega justa da tutela jurisdicional, ao passo que uma decisão justa, mas temporalmente inadequada, não terá o condão de assegurar a integridade do direito violado. É como alerta Alexandre Freitas Câmara: “O grande drama do processo é equilibrar dois valores igualmente relevantes: celeridade e justiça [...]”.³³

³¹ BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Art. 5º. [...] LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

³² HUTTER, Rudolf. *Os princípios processuais no Juizado Especial Cível*. São Paulo: Iglu, 2004. p. 90.

³³ CÂMARA, Alexandre Freitas. *Juizados Especiais Cíveis Estaduais, Federais e da Fazenda Pública: uma abordagem crítica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 18.

Não obstante o silêncio da Lei nº 9.099/95 no que tange à concessão de tutelas de urgência, este é um instituto processual utilizado por grande parte dos operadores do direito atuantes nos juizados especiais cíveis estaduais, ainda que sob forte crítica. Ainda assim, é uma solução eficaz à questão ora suscitada e condizente com a relevância da celeridade e da justiça.

Devemos ter em mente que o princípio da celeridade possui especial destaque nos juizados especiais cíveis estaduais, cuja criação foi uma alternativa à sobrecarga e ao excessivo prolongamento das demandas submetidas ao procedimento ordinário. Não foi ao acaso que o legislador conferiu competência aos juizados especiais cíveis estaduais para a conciliação, processamento e julgamento das causas cíveis de menor complexidade.³⁴

Por fim, podemos vislumbrar a concretização do princípio da celeridade ao verificarmos a previsão legal³⁵ de imediata conversão da audiência de conciliação em audiência de instrução e julgamento, caso aquela não reste frutífera, bem como a própria concentração dos atos processuais em audiência.

1.2.5 A autocomposição

A busca pela autocomposição é constante no procedimento da Lei nº 9.099/95: logo após o registro do pedido, é obrigatoriamente designada a audiência de conciliação³⁶ que, caso fracassada, será sucedida pela audiência de instrução e julgamento, ocasião em que ocorrerá nova tentativa de conciliação.

Como se não bastassem tantas tentativas conciliatórias, o magistrado deve frequentemente alertar as partes acerca dos benefícios da autocomposição, estimulando a solução amigável. Ressalta Demócrito Ramos Reinaldo Filho que “no processo especial, a conciliação apresenta-se como o objetivo primordial a ser perseguido, para a qual todos os esforços devem ser carreados”.³⁷

³⁴ BRASIL. *Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995*. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília, 1995. Art. 3º. O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas: [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

³⁵ Ibidem. Art. 27. Não instituído o juízo arbitral, proceder-se-á imediatamente à audiência de instrução e julgamento, desde que não resulte prejuízo para a defesa.

³⁶ Ibidem. Art. 16. Registrado o pedido, independentemente de distribuição e autuação, a Secretaria do Juizado designará a sessão de conciliação, a realizar-se no prazo de quinze dias.

³⁷ REINALDO FILHO, Demócrito Ramos. *Juizados especiais cíveis: comentários à Lei nº 9.099/95*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 16.

Tal insistência decorre dos benefícios oriundos da autocomposição. Trata-se da forma mais eficaz de pacificação dos litígios, haja vista ambas as partes terem suas pretensões satisfeitas, ainda que parcialmente. Ademais, a autocomposição propicia a manutenção e o desenvolvimento das relações já estabelecidas, assim como a eliminação das inimizades, desentendimentos e aborrecimentos oriundos da tensão inerente ao litígio e da quase sempre presente irresignação sucumbencial.

Ainda que os juizados especiais cíveis estaduais tenham importado seus fundamentos dos juizados especiais de pequenas causas, foi somente com a edição da Lei nº 9.099/95 que a conciliação e a transação passaram a integrar o rol dos princípios informadores do procedimento, evidenciando o aperfeiçoamento do microssistema iniciado pela Lei nº 7.244/84.

Como já mencionado, a conciliação e a transação – como instrumentos de autocomposição – objetivam pôr termo ao litígio sem a interferência judicial e mediante consentimento mútuo. Contudo, há singela distinção entre ambas: na conciliação, o consenso é formalizado perante a autoridade competente, enquanto na transação o ato consensual já foi anteriormente praticado pelos litigantes, havendo tão somente sua comunicação ao juízo. Em outras palavras:

[...] A distinção básica está no fato de que a conciliação exige o comparecimento das partes perante o juiz ou conciliador, que a conduz, enquanto a transação é ato de iniciativa das partes e chega em juízo já formalizada (v. art. 57 da Lei n. 9.099). Nas duas hipóteses, as partes podem terminar um litígio mediante concessões recíprocas.³⁸

Inclusive, com vistas a impedir que a celebração do acordo entre as partes seja obstaculizada pela incompetência diante do alto valor fixado, o legislador conferiu exceção à regra ao afirmar a competência dos juizados especiais cíveis estaduais para a conciliação das causas em que o acordo ultrapasse o limite legal, sem que haja a renúncia ao crédito excedente.³⁹

³⁸ CHIMENTI, Ricardo Cunha. *Teoria e Prática dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais*. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 40.

³⁹ BRASIL. *Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995*. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília, 1995. Art. 3º. [...] § 3º A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação. [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

A influência da autocomposição nos juizados especiais cíveis estaduais mostra-se relevante a ponto de até mesmo existir a possibilidade legal de que a conciliação se estenda para além das causas abrangidas pelo procedimento em comento.⁴⁰ Como não poderia deixar de ser, o cumprimento da vontade das partes é assegurado pela Lei, a qual prevê que a sentença homologatória de conciliação é irrecorrível⁴¹ e possui eficácia de título executivo,⁴² assim como ocorre com a sentença homologatória de transação.⁴³

1.2.6 A equidade

Ainda que os princípios informadores dos juizados especiais cíveis estaduais estejam expressamente arrolados no artigo 2º da Lei nº 9.099/95, ao princípio da equidade também deverá ser concedido o *status* de orientador, por força do artigo 6º do mesmo diploma regulamentador.

Por estar em perfeita consonância com os objetivos procedimentais e em concordância com a Lei, bem como com todos os outros princípios aplicáveis à espécie, não há motivos para se afastar a equidade de sua relevância. Vejamos o entendimento de Paulo Camargo Tedesco: “A tais princípios deve-se somar o da equidade, expressamente – consagrado no art. 6º da Lei nº 9.099/95, que determina ao juiz a adoção de critérios de justiça em suas decisões [...]”.⁴⁴

O princípio ora explorado permite ao magistrado decidir com base nos critérios subjetivos de justiça e equidade diante das peculiaridades de cada caso, tudo com o intuito de ampliar os instrumentos de defesa dos fins sociais da lei e das exigências do bem comum, como se pode inferir do próprio artigo 6º da Lei nº 9.099/95. Entretanto, ainda que tal disposição legal amplie os critérios subjetivos adotados pelo juiz, ele continua atrelado à lei, já que é ela mesma que permite tal conduta decisória.

⁴⁰ BRASIL. *Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995*. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília, 1995. Art. 58. As normas de organização judiciária local poderão estender a conciliação prevista nos arts. 22 e 23 a causas não abrangidas por esta Lei. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

⁴¹ Ibidem. Art. 41. Da sentença, excetuada a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso para o próprio Juizado.

⁴² Ibidem. Art. 22. [...] Parágrafo único. Obtida a conciliação, esta será reduzida a escrito e homologada pelo Juiz togado, mediante sentença com eficácia de título executivo.

⁴³ Ibidem. Art. 57. O acordo extrajudicial, de qualquer natureza ou valor, poderá ser homologado, no juízo competente, independentemente de termo, valendo a sentença como título executivo judicial.

⁴⁴ TEDESCO, Paulo Camargo. Meio de impugnação das decisões interlocutórias nos juizados especiais cíveis. *Revista de processo*. São Paulo, v. 33, n. 156, p. 345. fev. 2008.

A equidade no âmbito desse procedimento especial procura – em meio à celeridade, simplicidade e informalidade já conferidas ao rito – acrescentar o aspecto justo às decisões. Diante da subjetividade intrínseca à definição de justiça, a lei, como norma geral, nem sempre se amolda às especificidades de cada lide. É por essa razão que o artigo 5º da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro estabelece critérios para a aplicação da lei.⁴⁵

Superando o entendimento de que o juiz é mero intérprete legal, a própria lei permite que o magistrado, ciente das particularidades do litígio, tenha legitimidade para aplicar a justiça no caso concreto, dando uma resposta eficaz não só aos litigantes, mas principalmente à sociedade. Exploremos o pensamento de José Eduardo Carneira Alvim: “a lei pretende ser a medida do bem e do justo, mas nem sempre a justiça se esgota nela, intervindo a equidade para temperar o seu rigor, e fazendo justiça no caso concreto”.⁴⁶

1.3 O microssistema processual

Diante do conjunto integrado de princípios ora exposto e principalmente ante sua concreta manifestação no procedimento especial dos juizados especiais – sejam eles estaduais, federais ou da Fazenda Pública – são claras as peculiaridades do procedimento sumaríssimo que o diferenciam do procedimento ordinário, não obstante se admitir a aplicação subsidiária do macrossistema.

Esse é o entendimento de Alexandre Freitas Câmara: “[...] Esse microssistema segue princípios e regras próprios, distintos daqueles estabelecidos pelo Código de Processo Civil, mas o sistema do CPC lhe é subsidiariamente aplicável. [...]”.⁴⁷

Logo, todo e qualquer estudo acerca do procedimento adotado nos juizados especiais deve ser feito sem preconceitos ou vícios, haja vista ser um sistema processual diferenciado, ainda que diminuto, e respaldado em princípios específicos que, caso sejam violados, têm o potencial de comprometer a integralidade do microssistema.

⁴⁵ BRASIL. *Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942*. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Rio de Janeiro, 1942. Art. 5º. Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

⁴⁶ ALVIM, José Eduardo Carneira. Comentários ao artigo 6º. In: CARVALHO, Luís Gustavo Grandinetti Castanho de (Org.). *Lei dos Juizados Cíveis e Criminais Comentada e Anotada*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000. p. 56.

⁴⁷ CÂMARA, Alexandre Freitas. *Juizados Especiais Cíveis Estaduais, Federais e da Fazenda Pública: uma abordagem crítica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 18.

2 AS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NO RITO DA LEI Nº 9.099/95

2.1 A aplicação subsidiária à Lei nº 9.099/95

Ainda que não paire dúvidas sobre a recíproca, muito se discute na doutrina e na jurisprudência acerca da aplicabilidade subsidiária das Leis nº 10.259/2001 e 12.153/2009 à 9.099/95, bem como do Código de Processo Civil, em relação a sua abrangência. Tal debate se consubstancia no fato de todos os diplomas legais mencionados regulamentarem sistemas processuais civis que em muito se assemelham, ressalvadas as devidas proporções e as peculiaridades em cada matéria.

Eis que surge o debate sobre a aplicação subsidiária entre as normas citadas quando o diploma regulamentador do rito for omissivo. Com enfoque na questão, abordaremos a seguir a possibilidade de aplicação subsidiária das Leis nº 10.259/2001 e 12.153/2009 à 9.099/95 em caso de omissão legal, bem como a suposta limitação na aplicação subsidiária do Código de Processo Civil ao rito dos juizados especiais cíveis estaduais.

2.1.1 O Estatuto dos juizados especiais

As Leis nº 9.099/95, 10.259/2001 e 12.153/2009 regulamentam o procedimento dos juizados especiais em suas respectivas especializações: a primeira, no âmbito cível e criminal da Justiça comum; a segunda, no âmbito cível e criminal da Justiça Federal; e a terceira, no âmbito da Fazenda Pública dos estados, territórios, municípios e do Distrito Federal.

Apesar de haver distinção entre as diversas especializações, o procedimento processual regulamentado pelas citadas Leis é substancialmente idêntico, havendo raras disposições em contrário que, quando existentes, decorrem das exigências específicas de cada ramo dos juizados especiais. Ademais, toda a legislação correlata tem origem comum e se pauta de acordo com o que dispõe a Constituição Federal.⁴⁸

⁴⁸ BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Art. 98. A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão: I - juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau; [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

Ademais, ao analisarmos o contexto em que se deu a edição da Lei nº 10.259/2001 – segunda lei vigente a regulamentar um procedimento no âmbito dos juizados especiais – podemos verificar que, assim como ocorreu nas origens da Lei nº 9.099/95, procurou-se adotar uma alternativa viável aos desafios do Judiciário, sobretudo no que tange ao acesso à justiça e à celeridade na prestação jurisdicional. Agora, entretanto, com enfoque específico sobre a Justiça Federal. É o que se depreende de uma análise conjunta das considerações de Alexandre Freitas Câmara com o que foi até o momento abordado: “Esses Juizados Federais, buscam resolver um terrível problema, que aos olhos de muitos parecia insolúvel: o da morosidade da Justiça Federal. Esta, que sempre foi extremamente lenta [...], acabava por dificultar o acesso à justiça”.⁴⁹

Posteriormente, perante o êxito nos juizados especiais cíveis estaduais, bem como diante do sucesso na adequação do modelo processual à Justiça Federal, verificou-se, igualmente, a perfeita compatibilidade dos propósitos dos juizados especiais à supressão das carências da Fazenda Pública dos territórios, municípios e do Distrito Federal, fato que originou os juizados especiais da Fazenda Pública.

Contudo, apesar de também possuir regulamentação por lei específica – qual seja a Lei nº 12.153/2009 – o procedimento é extremamente semelhante ao adotado nos juizados especiais cíveis federais. Sobre a semelhança entre ambas as especializações, observemos as lições de Alexandre Freitas Câmara:

A Lei nº 12.153/2009 criou os Juizados Especiais da Fazenda Pública. Estes Juizados, a rigor, nada mais são do que a importação, para a esfera do Judiciário dos Estados e do Distrito Federal do modelo que, anteriormente, já havia sido criado para o Judiciário Federal pela Lei nº 10.259/2001. A rigor, não há, então, grandes novidades para o direito brasileiro nestes Juizados Especiais da Fazenda Pública. Todos os institutos regidos pela Lei nº 12.153/2009 já eram conhecidos dos juristas e dos profissionais que atuavam nos Juizados Especiais Cíveis Federais. As duas Leis são, em grande medida, idênticas [...]⁵⁰

Desta forma, ainda que implicitamente, podemos perceber que a adoção do microssistema processual dos juizados especiais cíveis estaduais por outras esferas do Direito não repercutiu sobre o seu núcleo procedimental, o qual permaneceu inalterado, tornando evidentes os pontos comuns entre as diversas ramificações dos juizados especiais.

⁴⁹ CÂMARA, Alexandre Freitas. *Juizados Especiais Cíveis Estaduais, Federais e da Fazenda Pública: uma abordagem crítica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 191.

⁵⁰ *Ibidem*. p. 195.

Inclusive, podemos verificar que a Lei nº 10.259/2001 expressamente admite a aplicação subsidiária da Lei nº 9.099/95, no que não conflitam.⁵¹ Já a Lei nº 12.153/2009 não só o faz, como também acresce a Lei nº 10.259/2001 ao seu rol de aplicação subsidiária.⁵² Ademais, na Lei nº 12.153/2009 – regulamentadora dos juizados especiais da Fazenda Pública, cuja edição é mais recente – podemos encontrar menção a um “sistema dos Juizados Especiais”,⁵³ o que, por si só, já demonstra a interação legal. Nas palavras de Alexandre Freitas Câmara, trata-se de um “diálogo de fontes”, senão vejamos:

Há, pois, influência recíproca entre as três leis que regem os Juizados Especiais Cíveis, e essa influência será levada em conta ao longo do exame a que aqui se procederá dos três tipos de Juizados. Reconheço, pois, a existência de um “diálogo de fontes” entre essas três leis, de forma que as mesmas tenham de ser interpretadas como se formassem (e efetivamente o fazem) um só microsistema normativo.⁵⁴

Ora, se as Leis nº 9.099/95, 10.259/2001 e 12.153/2009 regulamentam ritos processuais civis extremamente semelhantes; possuem fundamento comum na mesma disposição constitucional; as mais recentes expressamente fazem remissão aos diplomas anteriores, caracterizando um verdadeiro “diálogo de fontes”, e admitindo a aplicação subsidiária; e, por fim, é claramente perceptível um “sistema dos Juizados Especiais”, podemos, razoavelmente, concluir pela existência de um *Estatuto dos juizados especiais*. Nesse ponto é cristalino o entendimento de Alexandre Freitas Câmara: “É preciso, porém, que se deixe desde logo um ponto bem claro: a meu juízo, a Lei nº 9.099/95, a Lei nº 10.259/2001 e a Lei nº 12.153/2009, conforme venho dizendo, compõem um só *estatuto*”.⁵⁵

Logo, como em todo estatuto, as Leis nº 9.099/95, 10.259/2001 e 12.153/2009 devem se valer uma das outras, a fim de preencher suas respectivas lacunas.

⁵¹ BRASIL. *Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001*. Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. Brasília, 2001. Art. 1º. São instituídos os Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Federal, aos quais se aplica, no que não conflitar com esta Lei, o disposto na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10259.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

⁵² Idem. *Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009*. Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. Brasília, 2009. Art. 27. Aplica-se subsidiariamente o disposto nas Leis nºs 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, 9.099, de 26 de setembro de 1995, e 10.259, de 12 de julho de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12153.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

⁵³ Ibidem. Art. 1º. Os Juizados Especiais da Fazenda Pública, órgãos da justiça comum e integrantes do Sistema dos Juizados Especiais, serão criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência. Parágrafo único. O sistema dos Juizados Especiais dos Estados e do Distrito Federal é formado pelos Juizados Especiais Cíveis, Juizados Especiais Criminais e Juizados Especiais da Fazenda Pública.

⁵⁴ CÂMARA, Alexandre Freitas. *Juizados Especiais Cíveis Estaduais, Federais e da Fazenda Pública: uma abordagem crítica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 5.

⁵⁵ Ibidem. p. 4. Grifos pelo autor.

2.1.2 O Código de Processo Civil

A Lei nº 9.099/95 regulamenta o procedimento especial dos juizados especiais cíveis estaduais, norma específica, portanto. Por outro lado, o Código de Processo Civil dispõe sobre as normas gerais. Logo, a princípio, deve-se entender pela aplicação subsidiária deste em relação àquela. Contudo, o legislador indicou expressamente tal possibilidade tão somente no tocante à fase executória do procedimento especial.⁵⁶

Essa opção legislativa motivou o debate, tanto na doutrina, quanto na jurisprudência, acerca dos possíveis limites da aplicação subsidiária do Código de Processo Civil à Lei nº 9.099/95, ou seja, se as disposições do Código de Processo Civil são admitidas apenas na fase executória do procedimento ou se a admissão independe da fase processual.

Parte da doutrina, capitaneada por Fátima Nancy Andrichi e Sidnei Beneti, entende que, diante desse microssistema processual regido por princípios específicos, a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil não seria recomendada, justamente devido ao fato de o legislador não ter indicado expressamente tal possibilidade, como o fez na fase executória do procedimento:

Seguindo a mesma postura de Justiça Especial esposada na Lei n. 7.244/84, a nova Lei não determina expressamente a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil, podendo-se inferir, salvo situações especiais, que buscou-se manter afastada sua incidência, considerando a especialidade de que é revestida esta Justiça.⁵⁷

Ainda entendendo pela não aplicação subsidiária do Código de Processo Civil à fase de conhecimento do rito regulamentado pela Lei nº 9.099/95, mas demonstrando certa aversão ao extremismo, Ricardo Cunha Chimenti entende que, embora não haja empecilho na aplicação analógica do Código de Processo Civil, nos termos do artigo 4º da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro,⁵⁸ eventuais omissões do legislador devem ser suprimidas por intermédio dos próprios princípios orientadores do microssistema. Vejamos:

⁵⁶ BRASIL. *Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995*. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília, 1995. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

⁵⁷ ANDRIGHI, Fátima Nancy; BENETI, Sidnei Agostinho. *Juizados Especiais Cíveis e Criminais*. Belo Horizonte: Del Rey, 1996. p. 24.

⁵⁸ BRASIL. *Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942*. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Rio de Janeiro, 1942. Art. 4º. Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

Na fase de conhecimento dos processos cíveis disciplinados pelas Leis n. 9.099/95 e 10.259/2001, o CPC nem sequer é expressamente apontado como norma supletiva de interpretação [...], circunstância que não impede sua aplicação por analogia (art. 4º da LICC), mas que recomenda a superação das omissões do legislador com base nos princípios próprios do novo sistema.⁵⁹

Com caráter mais inovador, entendimento doutrinário diverso sustenta a tese de que o Código de Processo Civil pode ser subsidiariamente aplicado também à fase de conhecimento do procedimento especial. Todavia, condicionado à omissão legal, bem como à coerência com os princípios orientadores dos juizados especiais. Observemos os ensinamentos de Joel Dias Figueira Júnior e Tourinho Neto:

[...] no que concerne à aplicação subsidiária do Código de Processo Civil, há de se observar que, assim como se verificava na Lei 7.244/84, o legislador deixou de fazer também na Lei 9.099/95 e na Lei 10.259/2001 qualquer referência ao macrosistema como legislação supletiva das normas especiais, para os casos em que se verificasse alguma omissão. Todavia, essa constatação preliminar não serve para excluirmos de antemão a sua aplicação subsidiária [...] Desta feita, há de se rechaçar a inaplicabilidade absoluta das normas de processo delineadas na referida codificação; há que se observar, isto sim, que elas só terão incidência em casos excepcionais, na hipótese de omissão legislativa dos microsistemas e desde que se encontrem em perfeita consonância com os princípios orientadores dos Juizados Especiais Federais (diga-se o mesmo a respeito dos Juizados Estaduais).⁶⁰

Com uma visão mais abrangente, ao corroborar o entendimento ora exposto, salienta Alexandre Freitas Câmara, de maneira bem objetiva que: “O Código de Processo Civil é aplicável subsidiariamente a todo o *Estatuto dos Juizados Especiais*, composto pelas três leis que compõem esse microsistema”.⁶¹

Ao observarmos as razões que servem como base a cada interpretação, apresenta-se como melhor entendimento a última vertente doutrinária, sobretudo ao se admitir a interação legal entre as leis que compõem o *Estatuto dos juizados especiais*, haja vista a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil estar expressamente prevista no artigo 27 da Lei nº 12.153/2009, sem quaisquer restrições quanto à fase processual.

No entanto, a fim de preservar a integridade do microsistema dos juizados especiais, deve-se condicionar a aplicação subsidiária do macrosistema processual

⁵⁹ CHIMENTI, Ricardo Cunha. *Teoria e Prática dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais*. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 34-35.

⁶⁰ TOURINHO NETO, Fernando da Costa; FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. *Juizados Especiais Federais Cíveis e Criminais: comentários à Lei 10.259, de 10.07.2011*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 69-70.

⁶¹ CÂMARA, Alexandre Freitas. *Juizados Especiais Cíveis Estaduais, Federais e da Fazenda Pública: uma abordagem crítica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 196.

civil à perfeita adequação com os princípios informadores dos juizados especiais, buscando-se suprir eventual omissão por intermédio do “diálogo das fontes” entre as Leis nº 9.099/95, 10.259/2001 e 12.153/2009 – por regulamentarem o microssistema – utilizando-se o Código de Processo Civil quando a interação não preencher a lacuna legal. À assertiva também se filia Elpídio Donizetti:

[...] As leis que compõem o microssistema dos Juizados Especiais constituem um conjunto normativo que, antes de outros raciocínios, dialoga entre si, em *aplicação intercambiante* ou *intercomunicante*. Dessa forma, apenas quando o microssistema não apresentar regra específica é que se recorre, em auxílio, ao CPC.⁶²

2.2 A concessão de tutelas de urgência

Ante o debate doutrinário que circunda o instituto processual das tutelas de urgência, frisa-se que será adotado no presente estudo o entendimento atualmente predominante, segundo o qual o gênero tutelas de urgência se subdivide em duas espécies, quais sejam: a tutela cautelar e a tutela antecipada. É o que expressamente aponta Daniel Amorim Assumpção Neves: “A doutrina majoritária divide a tutela de urgência em duas espécies: **tutela cautelar** e **tutela antecipada**. [...]”.⁶³

Ainda para fins de elucidação, tem-se o termo “liminar” no exato sentido de seu significado etimológico: logo de início; no limiar; inicialmente. Na seara jurídica, o termo se traduz nos atos judiciais praticados logo após a instauração do processo, especialmente nos atos anteriores ao estabelecimento do contraditório, também denominados *inaudita altera pars*. Portanto, o termo “liminar” não representa uma espécie do gênero tutelas de urgência, mas tão somente o momento processual em que se efetua o ato judicial. Segundo Humberto Theodoro Júnior: “Na linguagem jurídica, usa-se a expressão “liminar” para identificar qualquer medida ou provimento tomado pelo juiz na abertura do processo [...]”.⁶⁴

Sem adentrarmos na distinção entre suas espécies, as tutelas de urgência visam evitar o perecimento do direito da parte ante uma situação de concreta ou iminente lesão direta ou indireta ao objeto do litígio, de maneira a ameaçar a própria pretensão resistida, com potencial de tornar inútil e ineficaz o pronunciamento judicial final. Vejamos:

⁶² DONIZETTI, Elpídio. *Curso didático de direito processual civil*. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 436-437. Grifos pelo autor.

⁶³ NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de Direito Processual Civil*. 3. ed. São Paulo: Método, 2011. p. 1137. Grifos pelo autor.

⁶⁴ THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. 45. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 654.

Todas essas medidas formam o gênero “tutela de urgência”, porque representam providências tomadas antes do desfecho natural e definitivo do processo, para afastar situações graves de risco do dano à efetividade do processo, prejuízos que decorrem da sua inevitável demora e que ameaçam consumir-se antes da prestação jurisdicional definitiva. Contra esse tipo de risco de dano, é inoperante o procedimento comum, visto que tem, antes do provimento de mérito, de cumprir o contraditório e a ampla defesa.⁶⁵

Destarte, é indiferente ao presente estudo o aprofundamento nas distinções entre as espécies de tutelas de urgência, já que as similitudes entre a tutela cautelar e a tutela antecipada – que segundo Daniel Amorim Assumpção Neves⁶⁶são quatro: a provisoriedade; a cognição sumária; a inexistência de satisfação jurídica definitiva; e os requisitos para concessão (entenda-se esta última como a imediata proteção para assegurar a tutela definitiva diante do perecimento do direito) – permitem uma abordagem unitária de ambas as espécies do instituto, conforme ocorre nos principais países europeus, como Itália, Alemanha, França, Suíça e Portugal.⁶⁷Ademais, é plenamente possível a admissão da fungibilidade entre as tutelas de urgência, seja por fulcro legal,⁶⁸ seja por fulcro doutrinário:

Atendendo à forte opinião doutrinária, o legislador consagrou expressamente em lei a fungibilidade entre a tutela antecipada e a tutela cautelar no art. 273, § 7º, do CPC. Entendo que a expressa previsão de fungibilidade é o reconhecimento por parte do legislador de que realmente a tutela antecipada e a tutela cautelar não são iguais, mas extremamente próximas, e que podem no mais das vezes ser tuteladas por meio de um tratamento unitário.⁶⁹

Nesse diapasão, mais uma vez se destaca que as tutelas de urgência se apresentam como medidas processuais diferenciadas hábeis a resguardar a efetividade e utilidade da decisão final ao mesmo tempo em que asseguram a integridade do direito ameaçado, especialmente no que se refere aos efeitos do tempo.

Desde já, vejamos que, por mais célere que seja a marcha processual, sempre haverá situações que exigem o pronto pronunciamento do Estado-Juiz. Tal pronunciamento, como jurisdição de cunho urgente, obstaculiza o prévio atendimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa, que deverão ser posteriormente observados.

⁶⁵ THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. 45. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 654.

⁶⁶ NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de Direito Processual Civil*. 3. ed. São Paulo: Método, 2011. p. 1146-1148.

⁶⁷ THEODORO JÚNIOR, op. cit., p. 659-660.

⁶⁸ BRASIL. *Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973*. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, 1973. Art. 273. [...] § 7º Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

⁶⁹ NEVES, op. cit., p. 1078.

Haja vista as tutelas de urgência ter como foco o direito perquirido que se encontra sob determinada ameaça, temos que a sua concessão não se condiciona à discricionariedade do magistrado. É claro, quando preenchidos seus requisitos. Tratam-se de tutelas jurisdicionais diferenciadas que, independentemente de formalidades, visam assegurar muito mais que o direito *inter pars*, mas também princípios da própria jurisdição previstos na Magna Carta. Eis a conclusão de Humberto Theodoro Júnior sobre as tutelas de urgência:

No estágio atual das garantias constitucionais do processo, exercem as tutelas de urgência relevantíssimo papel tendente a promover a plenitude do *acesso à Justiça* e assegurar a *efetividade* da tutela jurisdicional contra toda e qualquer lesão ou ameaça a direito subjetivo. Não podem, por isso, ser vistas como simples faculdade que o juiz possa usar ou não, de maneira discricionária.⁷⁰

Como em todo e qualquer rito processual, as demandas submetidas aos preceitos dos juizados especiais, ainda que com efeitos em muito reduzidos – em grande parte graças aos princípios orientadores do microssistema – evidentemente sofrem os malefícios decorrentes do tempo necessário à concretização do devido processo legal. Ademais, como já salientado ao discutirmos sobre a concentração dos atos processuais em audiência, postulado da oralidade, atualmente temos a sua mitigação face à bipartição da audiência una, o que necessariamente resulta no prolongamento do feito, bem como nas conseqüências correlatas.

Ora, como colaboradoras da promoção do acesso à justiça e da efetividade da tutela jurisdicional, as tutelas de urgência são perfeitamente compatíveis com os princípios norteadores do microssistema dos juizados especiais – especialmente com os princípios da celeridade, já que amenizam os danos temporais; da equidade, uma vez que as tutelas de urgência possuem alto potencial de equidade e justiça face ao direito ameaçado; e da simplicidade ou informalidade, pois, como medidas diferenciadas de caráter urgente, se desprendem do exagero de formalidades.

Por outro lado, impedir os cidadãos de se beneficiarem da antecipação dos efeitos da tutela ou da concessão de tutelas cautelares seria um retrocesso às conquistas arduamente alcançadas. Logo, não há de se falar em incompatibilidade dos institutos com o procedimento dos juizados especiais cíveis estaduais, pois, além de serem direitos dos jurisdicionados, as tutelas de urgência são deveres da própria jurisdição, conforme afirma Luiz Guilherme Marinoni sobre a tutela cautelar:

⁷⁰ THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. 45. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 662-663. Grifos pelo autor.

A tutela cautelar é direito da parte, correlacionada com o próprio direito à tutela do direito. Em razão deste direito, a jurisdição tem o dever de dar tutela cautelar à parte que tem o seu direito à tutela do direito submetido a perigo de dano. [...] Em outros termos, a jurisdição tem o dever de tutelar o direito provável (verossimilhança) – ameaçado por dano – à tutela do direito (p. ex., tutela ressarcitória).⁷¹

De maneira mais objetiva e ignorando qualquer suposta incompatibilidade com o procedimento processual adotado, Alexandre Freitas Câmara dispõe sobre as hipóteses de concessão de ambas as espécies de tutelas de urgência: quanto à tutela cautelar é salientado que: “[...] **Sempre** que a demora do processo gerar, para a sua efetividade [...], risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, será adequada a concessão da tutela cautelar [...]”; já no tocante à antecipação dos efeitos da tutela: “[...] Havendo o perigo de dano iminente ao direito substancial, que em razão da demora do processo pode sofrer dano grave, de difícil ou impossível reparação, **concede-se desde logo** a tutela jurisdicional satisfativa. [...]”.⁷²

Entretanto, ao nos atermos às disposições contidas na Lei nº 9.099/95, nos deparamos com a omissão legal no que tange à compatibilidade do procedimento sumaríssimo com qualquer decisão interlocutória, inclusive, as que versam acerca de tutelas de urgência.

Diante de tal omissão, parte da doutrina e também da jurisprudência entende que a admissão do instituto das tutelas de urgência nos juizados especiais cíveis representaria uma verdadeira afronta aos seus princípios norteadores, chegando até mesmo a “ordinarizar” o rito sumaríssimo. Todavia, ao entendermos pela aplicação subsidiária do Código de Processo Civil e do *Estatuto dos juizados especiais* à Lei nº 9.099/95, é claramente perceptível que não há qualquer ofensa principiológica. Aliás, pode-se inclusive afirmar que a admissão das tutelas de urgência no âmbito dos juizados especiais cíveis estaduais facilita a conquista dos objetivos almejados pelo microssistema.

Observemos que a Lei nº 10.259/2001, que regulamenta o procedimento dos juizados especiais cíveis federais, concede ao magistrado o poder de deferir medidas

⁷¹ MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Curso de processo civil*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 24.

⁷² CÂMARA, Alexandre Freitas. *Juizados Especiais Cíveis Estaduais, Federais e da Fazenda Pública: uma abordagem crítica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 177-178. Grifos nossos.

cautelares para evitar dano de difícil reparação.⁷³ Logo, diante da omissão da Lei nº 9.099/95 ao não prever a conduta preventiva do magistrado ao se deparar com uma situação danosa de difícil reparação, deverá o juiz atuante nos juizados especiais cíveis estaduais aplicar subsidiariamente o artigo 4º da Lei nº 10.259/2001, diante da influência recíproca entre as três leis que compõem o *Estatuto dos juizados especiais*. Ademais, o Código de Processo Civil também indica as tutelas de urgência como a solução adequada para tal circunstância.

Faz-se imperioso destacar, ainda, o poder geral de cautela inerente à judicatura que, conforme determina a Magna Carta,⁷⁴ visa assegurar a inafastabilidade da tutela jurisdicional. Assim, antes de qualquer obstáculo ou formalidade processual, o juiz deve adotar as medidas necessárias à garantia do provimento jurisdicional definitivo. Nesse raciocínio, Daniel Amorim Assumpção Neves apresenta o significado desse poder, evidenciando o caráter irrestrito na proteção do direito concreto do jurisdicionado:

Poder geral de cautela, nesse sentido, significa o **generalizado poder estatal** de evitar no caso concreto que o tempo necessário para a concessão da tutela definitiva gere a ineficácia dessa tutela. Essa amplitude de proteção jurisdicional no âmbito cautelar impõe que nenhuma restrição seja admitida no tocante ao direito concreto da parte em obter essa espécie de tutela quando demonstra os requisitos necessários previstos em lei.⁷⁵

Outro não é o entendimento oriundo da exegese do Código de Processo Civil que, ao versar acerca do poder geral de cautela, expressamente concede ao juiz o poder de “determinar as medidas provisórias que julgar adequadas”,⁷⁶ bem como “autorizar ou vedar a prática de determinados atos”,⁷⁷ sempre que houver o receio de que uma parte cause lesão ou provoque a difícil reparação ao direito do outro litigante.

⁷³ BRASIL. *Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001*. Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. Brasília, 2001. Art. 4º. O Juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir medidas cautelares no curso do processo, para evitar dano de difícil reparação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10259.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

⁷⁴ Idem. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Art. 5º. [...] XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito; [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

⁷⁵ NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de Direito Processual Civil*. 3. ed. São Paulo: Método, 2011. p. 1217. Grifos pelo autor.

⁷⁶ Idem. *Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973*. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, 1973. Art. 798. Além dos procedimentos cautelares específicos, que este Código regula no Capítulo II deste Livro, poderá o juiz determinar as medidas provisórias que julgar adequadas, quando houver fundado receio de que uma parte, antes do julgamento da lide, cause ao direito da outra lesão grave e de difícil reparação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

⁷⁷ Ibidem. Art. 799. No caso do artigo anterior, poderá o juiz, para evitar o dano, autorizar ou vedar a prática de determinados atos, ordenar a guarda judicial de pessoas e depósito de bens e impor a prestação de caução.

Ademais, não podem ser ignoradas as inúmeras medidas previstas no *Estatuto dos Juizados Especiais* que visam concretizar o verdadeiro modelo de prestação da tutela jurisdicional, exaltando, para tanto, a efetividade e o próprio acesso à jurisdição. Diante das explanações até agora realizadas, apresenta-se cristalina a simpatia pelo desapego ao formalismo e pela resolução da *litigiosidade contida*. Com este ideal em mente, não se pode expurgar as tutelas de urgência de qualquer que seja o procedimento judicial adotado. É o que salienta Marcos Jorge Catalan: “[...] a restrição de ações com natureza cautelar equivaleria a em algumas situações concretas a inibir a eficaz atuação do Poder Judiciário”.⁷⁸

Outro ponto que merece a devida atenção é a instrumentalidade do processo, haja vista o processo não ser um fim em si mesmo, mas um instrumento que propicia a dicção do direito no caso concreto. Portanto, essencial é a eficácia da jurisdição, de maneira que as tutelas de urgência são os instrumentos que possibilitam a adequada e tempestiva prestação jurisdicional. Nos ensinamentos de Cândido Rangel Dinamarco:

Toda sentença ou provimento executivo de qualquer ordem, finalmente, tem a sua eficácia perenemente ameaçada pelo passar do tempo, que realmente é inimigo declarado e incansável do processo. Antes de proferida a sentença, a sua efetividade poderá ser assegurada pelas medidas cautelares, que constituem contraveneno do tempo. Elas têm visível caráter instrumental, sendo por definição instrumentalmente ligadas ao provimento principal (“instrumentalidade hipotética”) e, acima disso, concorrendo eficazmente para a obtenção dos resultados jurídico-substanciais desejados [...].⁷⁹

Por fim, ao analisarmos as razões do debate em que está envolta a concessão das tutelas de urgência no âmbito dos Juizados Especiais cíveis estaduais, apresenta-se como o entendimento mais adequado aquele que propicia a resolução pacífica do litígio sem, contudo, descaracterizar o procedimento sumaríssimo ora sob análise. Destarte, preenchidos os requisitos, a concessão da tutela de urgência é medida que se impõe. Apreciemos a conclusão de Ricardo Cunha Chimenti sobre o assunto:

Os princípios norteadores dessa lei (art. 2º), somados à previsão de ampla liberdade do juiz na apreciação das questões que lhe são submetidas (art. 6º), autorizam concluirmos pelo cabimento da tutela antecipada, genérica (Art. 273 do CPC) e específica (Art. 461, § 3º, do CPC), e também das liminares cautelares no Sistema dos Juizados Especiais.⁸⁰

⁷⁸ CATALAN, Marcos Jorge. *O procedimento do juizado especial cível*. São Paulo: Mundo Jurídico, 2003. p. 203.

⁷⁹ DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo*. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. p. 356-357.

⁸⁰ CHIMENTI, Ricardo Cunha. *Teoria e Prática dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais*. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 101.

2.3 Os instrumentos de impugnação imediata

Conforme já frisado, em respeito aos princípios norteadores dos Juizados Especiais Cíveis, os diversos atos processuais em primeira instância deveriam se concentrar em uma única audiência, razão pela qual seriam escassas as possibilidades de prolação de decisões antes da sentença, em face da celeridade e da concisão do procedimento sumaríssimo.

Porém, a partir das experiências advindas da vigência da Lei nº 9.099/95, a prática forense corroborou com uma realidade diversa daquela inicialmente prevista, na qual se mitigou a unidade da audiência, propiciando – no caso excepcional das tutelas diferenciadas – um terreno fértil à prolação de decisões interlocutórias.

Haja vista a Lei nº 9.099/95 sequer prever a existência de decisões interlocutórias em seu âmbito – inclusive com seus princípios orientadores *a priori* as repudiando – também não há qualquer menção legal ao instrumento processual adequado à impugnação imediata desta espécie de decisão. Inclusive, frisa-se que a referida Lei objetivou desmotivar qualquer forma de impugnação às decisões em primeira instância. Vejamos as palavras de Gustavo Quintanilha Telles de Menezes ao discorrer acerca do sistema recursal dos juizados especiais cíveis estaduais:

O primeiro ponto interessante da Lei consiste exatamente no fato de não ter sequer reservado uma seção específica para recursos. A opção legislativa, embora carente de algum apuro técnico, já demonstra que não quis o legislador prestigiar a impugnação das decisões de primeira instância.⁸¹

Entretanto, não faria qualquer sentido se admitirem as tutelas de urgência no âmbito dos juizados especiais cíveis estaduais, sem, contudo, se admitir a impugnação imediata de decisões que diretamente versam, ainda que em caráter provisório, sobre um direito pleiteado em juízo sujeito a um dano de difícil reparação. No caso excepcional das tutelas de urgência, impossibilitar a sua impugnação imediata seria limitar exacerbadamente os debates de questões urgentes que, por sua própria natureza, não poderiam aguardar impugnação posterior. Nesse novo contexto fático, não se pode atender cegamente ao postulado da irrecorribilidade das decisões interlocutórias.

⁸¹ MENEZES, Gustavo Quintanilha Telles de. Aspectos relevantes do sistema recursal dos juizados especiais. In: MIRANDA NETTO, Fernando Gama de; ROCHA, Felipe Borring (Org.). *Juizados especiais cíveis: novos desafios*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 171.

Ademais, seja diante de um *error in procedendo* ou de um *error in judicando*, ou até mesmo da mera irresignação da parte, especialmente quando indeferida a tutela provisória pleiteada, não se pode deixar o jurisdicionado à mercê de um dano iminente sob a alegação de omissão legal. Segundo Paulo Camargo Tedesco, “[...] a cultura processual brasileira sempre contornou as deficiências no sistema recursal mediante o manejo de sucedâneos recursais como o mandado de segurança e a correção parcial [...]”.⁸²

Ainda sobre a importância da impugnação das decisões judiciais no âmbito dos juizados especiais cíveis estaduais, assevera Alexandre Freitas Câmara que:

[...] é preciso examinar cuidadosamente os mecanismos de impugnação das decisões judiciais postos à disposição dos jurisdicionados pelo microsistema processual dos Juizados Especiais Cíveis, mesmo porque, não obstante a simplicidade das causas nele ajuizadas, nunca se pode afastar a possibilidade de que decisões erradas sejam proferidas, sendo, ainda, da natureza humana não se contentar com a decisão desfavorável que venha a ser proferida.⁸³

Nesse diapasão, verifiquemos, dentre recurso e ações autônomas de impugnação, os principais instrumentos de impugnação em separado das decisões interlocutórias no âmbito dos juizados especiais cíveis estaduais.

2.3.1 O mandado de segurança contra ato judicial

Primeiramente, cumpre-nos destacar que o mandado de segurança contra ato judicial – entenda-se o termo “ato judicial” enquanto pronunciamento judicial de cunho decisório – é uma ação autônoma de impugnação, ou, segundo Alexandre Freitas Câmara, demanda que “permite que se ataque uma decisão judicial através da instauração de outro processo, autônomo em relação àquele em que foi proferida a decisão impugnada [...]”.⁸⁴

Temos, pois, que o mandado de segurança contra ato judicial, nos exatos termos da Constituição Federal,⁸⁵ visa combater o ato judicial eivado de abusividade ou ilegalidade hábil a atingir o direito líquido e certo do jurisdicionado. Nas palavras de Arnaldo

⁸² TEDESCO, Paulo Camargo. O STF e a irrecorribilidade das decisões interlocutórias nos Juizados especiais cíveis. *Revista de processo*. São Paulo, v. 34, n. 178, p. 253, dez. 2009.

⁸³ CÂMARA, Alexandre Freitas. *Juizados Especiais Cíveis Estaduais, Federais e da Fazenda Pública: uma abordagem crítica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 126.

⁸⁴ Ibidem. p.125.

⁸⁵ BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Art. 5º. [...] LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público; [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

Wald: “[...] os atos judiciais, neles inclusos os acórdãos, sentenças e despachos, são passíveis de mandado de segurança, uma vez que configuram atos de autoridade, desde que tenha ocorrido lesão ou ameaça de lesão a direito líquido e certo do impetrante”.⁸⁶

Não obstante tal entendimento, é indubitável o fato de que o instrumento judicial que tecnicamente melhor se adéqua à impugnação de pronunciamentos judiciais com conteúdo decisório é o respectivo recurso previsto em lei. Contudo, como já salientado, a Lei nº 9.099/95 sequer previu a existência de decisões interlocutórias no rito por ela regulamentado, entendimento que também se aplica ao respectivo recurso judicial adequado à impugnação de tais decisões.

Logo, diante da omissão legal no tocante à matéria, e desde que preenchidos os requisitos necessários, a advocacia militante contorna a situação com o manejo do mandado de segurança, a fim de impugnar a decisão que se traduz na lesão ou na ameaça de lesão ao direito líquido e certo do jurisdicionado, ou seja, como um verdadeiro substituto recursal, como nos expõem Teresa Arruda Alvim Wambier e José Miguel Garcia Medina:

O mandado de segurança é frequentemente designado também como um sucedâneo recursal, isto é, como medida que, embora não prevista em lei *como um recurso*, acaba sendo utilizada como se recurso fosse. Assim, o mandado de segurança é empregado como verdadeiro sucedâneo recursal quando voltado a suprir a *falta* de um recurso no sistema ou a *inoperatividade* do recurso cabível.⁸⁷

Frisa-se, também, a inexistência de óbice legal no tocante ao manejo do *writ* no caso sob exame, já que a Lei nº 12.016/2009 restringe a utilização do mandado de segurança, como ação autônoma de impugnação, apenas quando existente recurso com efeito suspensivo cabível em face da decisão a ser impugnada.⁸⁸ Ora, sequer há a previsão legal de recurso cabível na hipótese, ao menos *a priori*.

Desta forma, caso se admita o cabimento do agravo de instrumento no âmbito dos juizados especiais cíveis estaduais, corrente adiante analisada, inadmissível será a impugnação via mandado de segurança. Vejamos a advertência feita por Lúcio Picanço Facci:

⁸⁶ WALD, Arnoldo. *Do mandado de segurança na prática judiciária*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 151.

⁸⁷ MEDINA, José Miguel Garcia; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Recursos e ações autônomas de impugnação*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 35. Grifos pelos autores.

⁸⁸ BRASIL. Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009. Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências. Brasília, 2009. Art. 5º. Não se concederá mandado de segurança quando se tratar: [...] II - de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo; [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12016.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

Não queremos, com isso, afirmar que o mandado é instrumento anômalo de impugnação de decisões judiciais, muito pelo contrário: é instituto dinamizador do Direito positivo, essencial para a reparação rápida e eficaz do direito líquido e certo. Porém, a sua função deverá ser complementar, ou seja, deverá atuar somente quando os recursos, meios próprios para o reexame de decisórios jurisdicionais, não puderem, eficazmente, atender ao espírito do ordenamento, correspondente à efetiva proteção do direito no caso concreto.⁸⁹

Verifica-se, desde já, que, apesar de ser possível o manejo do mandado de segurança como instrumento de impugnação das decisões interlocutórias proferidas no âmbito dos juizados especiais cíveis estaduais, há certa deturpação na natureza primária do instituto, pois o caráter impugnatório do *writ* é subsidiário.

2.3.2 A correção parcial

A correção parcial – também denominada reclamação – se apresenta como possível solução ao problema ora suscitado, já que se trata de medida hábil à cassação de um pronunciamento judicial do qual não haja recurso com previsão legal, desde que tal pronunciamento revele abuso ou implique na inversão tumultuária do processo.

Para fins elucidativos, abordaremos a seguir várias definições do instituto, a começarmos com a definição formulada por Nelson Nery Júnior:

[...] trata-se de medida administrativa ou disciplina destinada a levar ao conhecimento do tribunal superior a prática de ato processual pelo juiz, consistente em *error in procedendo* caracterizados de abuso ou inversão tumultuária do andamento do processo, quando para o caso não existir um recurso previsto na lei processual.⁹⁰

Entretanto, ressalta-se, conforme exposto na definição acima, que a correção é uma “medida administrativa”, não havendo que se falar em recurso, portanto. Ademais, por possuir origem em norma interna dos tribunais ou em lei dos estados, considerar a correção parcial como um recurso violaria os princípios da taxatividade recursal e da legalidade, já que a Magna Carta expressamente prevê a competência privativa da União para dispor sobre direito processual,⁹¹ nele inclusos os recursos judiciais. Nesse diapasão, observemos uma segunda definição apresentada por José Reinaldo Coser:

⁸⁹ FACCI, Lúcio Picanço. *Mandado de segurança contra atos jurisdicionais*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004. p. 134.

⁹⁰ NERY JÚNIOR, Nelson. *Teoria geral dos recursos*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. p. 85.

⁹¹ BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral,

[...] Trata-se de medida excepcional que só é acolhida para garantir agilidade e eficácia ao processo e, inobstante recurso não seja, tem seus contornos, haja vista a possibilidade de cassação do ato atacado ou, ainda, obrigar à realização de outro em caso de omissão, embora sem interferência no processo, em princípio. Considerando-se que a legislação pátria adotou o princípio da taxatividade no que concerne aos recursos, recurso não o é. Tem, pois, natureza correicional, como o nome sugere, e nesse sentido deve ser considerada.⁹²

Ainda que a natureza disciplinar da correição parcial deva ser observada, é plenamente perceptível o fato de que o objeto do instrumento é um ato jurisdicional, revelando a principal peculiaridade do instituto, qual seja, características administrativas e processuais. Nas palavras de Elaine Harzheim Macedo e Liza Bastos Duarte, “[...] o que se requer é o reexame do ato ou prática processual omissa, dando-se prosseguimento ao processo com a *error in procedendo* e não a punição disciplinar do magistrado faltoso”.⁹³

É justamente sob essa ótica processual e com justificativa bastante semelhante a do já abordado mandado de segurança – qual seja evitar o grave dano ao jurisdicionado – que a correição parcial representa uma opção à impugnação imediata das decisões interlocutórias proferidas no âmbito dos juizados especiais cíveis estaduais. Vejamos como Rogério Lauria Tucci aborda a questão: “[...] definiu-se a correição parcial, ou reclamação, como providência de natureza processual assemelhada a recurso e destinada a fazer-lhe as vezes, sempre que, de decisão interlocutória irrecorrível, resulte ou possa resultar dano irreparável para o litigante”.⁹⁴

Importante esclarecer que a correição parcial tem aspecto extremado, ou seja, seu manejo deverá ser efetuado somente em último caso. Pode-se dizer que o caso peculiar das tutelas de urgência no âmbito dos juizados especiais cíveis estaduais, seria uma dessas hipóteses extremadas, diante da omissão da Lei nº 9.099/95 e sob a ótica dos conceitos até agora explanados. Objetivamente, Elaine Harzheim Macedo e Liza Bastos Duarte, asseveram que “[...] a correição parcial entra em ação quando as vias recursais não puderem ser manejadas, por incabíveis, inadequadas, inexistentes, não tipificadas para atacar o ato judicial praticado no curso do processo, a merecer, segundo juízo da parte, impugnação”.⁹⁵

agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho; [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

⁹² COSER, José Reinaldo. *Da Correição parcial*. Leme: BH, 2003. p. 15.

⁹³ MACEDO, Elaine Harzheim; DUARTE, Liza Bastos. Correição parcial e sua (in)constitucionalidade. *Revista dos Tribunais*. São Paulo, v. 96, n. 859, p. 39, mai. 2007.

⁹⁴ TUCCI, Rogério Lauria. *Curso de direito processual civil*. São Paulo: Saraiva, 1989. p. 397.

⁹⁵ MACEDO, Elaine Harzheim; DUARTE, Liza Bastos, op. cit., p. 47.

Contudo, resta evidente o dissenso doutrinário acerca da definição do instituto, bem como, igualmente, não há unanimidade doutrinária acerca de sua natureza processual. Contudo, Elaine Harzheim Macedo e Liza Bastos Duarte também apontam o entendimento majoritário de que a correção parcial é um sucedâneo recursal. Vejamos:

A tendência majoritária da doutrina é, pois, inclinar-se no sentido de ser a correção parcial compreendida como sucedâneo de recurso. O principal fundamento dessa posição está em reconhecer no instituto qualidades e funções específicas do recurso, tais como a de provocar modificação no ato impugnado, seja em relação ao que foi decidido, seja em relação à omissão quanto à condução do processo. [...] ⁹⁶

Nesse contexto, ainda que se apresente como alternativa, admitir a correção parcial como meio de impugnação judicial, e até mesmo afirmar que o instituto representa um sucedâneo recursal, possui sérias implicações no aspecto técnico-jurídico. Primeiramente, verifica-se óbice praticamente insuperável – podendo-se inclusive afirmar que representaria uma teratologia processual – o fato de um instituto de natureza administrativa impugnar uma decisão de conteúdo jurisdicional. Nas palavras de José Frederico Marques:

[...] não se pode, através de medida censória ou disciplinar, corrigir erro de ofício de juiz dentro de um processo [...]. Não se compreende jurisdição sujeita a ação disciplinar, a órgãos administrativos e muito menos se compreende que atos processuais possam ser corrigidos, emendados ou substituídos por determinação administrativa. ⁹⁷

Outro aspecto que deve ser levado em consideração seria a possível inconstitucionalidade da correção parcial, uma vez que a ausência de regulamentação por lei federal violaria a Magna Carta, caso seja tratado como recurso. Ademais, o mandado de segurança representa uma alternativa bem mais condizente no caso sob exame, já que possui fundamento não só na Constituição Federal, mas também em lei federal.

2.3.3 O agravo de instrumento

Dentre as principais alternativas de impugnação imediata das decisões interlocutórias no âmbito dos juizados especiais cíveis estaduais, o agravo de instrumento é o único instituto com natureza recursal, apresentando-se como a alternativa que melhor se adéqua à questão suscitada, ao adotarmos uma ótica preponderantemente tecnicista.

⁹⁶ MACEDO, Elaine Harzheim; DUARTE, Liza Bastos. Correção parcial e sua (in)constitucionalidade. *Revista dos Tribunais*. São Paulo, v. 96, n. 859, p. 48, mai. 2007.

⁹⁷ MARQUES, José Frederico. *Instituições de direito processual civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 295-296.

O recurso de agravo de instrumento, por excelência,⁹⁸ é o recurso tecnicamente cabível quando o objeto de impugnação é uma decisão interlocutória. Não obstante as diversas alterações legislativas na regulamentação do instituto, observa-se que seu cabimento não é restrito a hipóteses taxativas, conforme salienta Teresa Arruda Alvim Wambier: “O recurso de agravo de instrumento continua sendo cabível contra toda e qualquer decisão interlocutória, em conformidade com a atual redação do art. 522 do CPC”.⁹⁹

Verifica-se, portanto, ser enorme a abrangência das hipóteses de cabimento do agravo de instrumento, haja vista a imensa quantidade de pronunciamentos judiciais classificados como decisões interlocutórias:

O âmbito de cabimento dos agravos no direito brasileiro vigente é imenso e a sua extensão é resultado direto do número de decisões que podem ser classificadas como decisões interlocutórias, ou que são com essas decisões aparentadas, ou que são assimiláveis a essa categoria.¹⁰⁰

Ainda que de abrangência ampla, ressalta-se ser essencial ao cabimento do agravo de instrumento que a decisão atacada cause à parte lesão grave e de difícil reparação – nos exatos termos do artigo 522 do Código de Processo Civil – o que nos permite, desde já, apontar o agravo de instrumento como o meio mais adequado à impugnação imediata das decisões interlocutórias no âmbito dos juizados especiais cíveis estaduais, pois: (i) as decisões que versam sobre tutela de urgência são classificadas como decisões interlocutórias; e (ii) tais decisões, justamente por versarem sobre tutela de urgência, possuem grande potencial de causar à parte dano grave e de difícil reparação, fato que, devidamente comprovado no caso concreto, legitima a interposição do recurso de agravo de instrumento como forma de impugnação em separado.

Imprescindível novamente salientar que o manejo de recurso em detrimento das ações autônomas de impugnação – sempre que juridicamente possível – contribui com a prevenção de possíveis desvirtuamentos desses últimos institutos, além de

⁹⁸ BRASIL. *Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973*. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, 1973. Art. 522. Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

⁹⁹ WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Os agravos no CPC brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. p. 102.

¹⁰⁰ MEDINA, José Miguel Garcia; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Recursos e ações autônomas de impugnação*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 159.

evitar debates desnecessários sobre possíveis efeitos recursais atípicos ao instrumento impugnatório. Ressalta-se, inclusive, que a admissão do recurso de agravo de instrumento impede o manejo da correição parcial e do mandado de segurança, pois não seria preenchido o requisito essencial *inexistência de recurso previsto em lei*.

Ao se partir de uma interpretação sistemática do *Estatuto dos Juizados Especiais*, é límpida a percepção de que há um *recurso*¹⁰¹ previsto em lei – ainda que o legislador não tenha expressamente indicado sua espécie – em face das decisões que deferirem medidas cautelares no âmbito dos juizados especiais,¹⁰² o que respalda ainda mais a vertente que defende o cabimento do agravo de instrumento na hipótese.

Outrossim, verifica-se serem as decisões interlocutórias que versam acerca de tutelas de urgência uma excepcionalidade, no âmbito dos juizados especiais cíveis estaduais, que atrai o cabimento do agravo de instrumento. Tal exceção, ainda que em um primeiro momento pareça afrontar os princípios norteadores do microssistema, apresenta-se como essencial à própria eficácia da jurisdição, não devendo o postulado da irrecorribilidade das decisões interlocutórias representar óbice, conforme apregoa a doutrina: “O princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias é expressamente atenuado quando a decisão interlocutória cuida da análise de tutela de urgência”.¹⁰³

Nesse contexto, e diante das razões expostas, parte da doutrina admite a interposição do agravo de instrumento como forma de impugnação imediata das decisões que abordam medidas de urgência no âmbito dos juizados especiais cíveis estaduais. Alexandre Freitas Câmara expõe cabalmente seu entendimento em tal sentido:

[...] entendo que é cabível o recurso de agravo contra a decisão que defere ou indefere medidas de urgência (cautelares ou antecipatórias) nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais. Esse agravo só poderá ser interposto *por instrumento*, já que – em razão da urgência da medida deferida ou indeferida pela decisão a ser impugnada – não haverá qualquer utilidade na interposição do agravo pela forma retida, que não tem efeito devolutivo imediato, mas diferido [...].¹⁰⁴

¹⁰¹ BRASIL. *Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001*. Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. Brasília, 2001. Art. 5º. Exceto nos casos do art. 4º, somente será admitido recurso de sentença definitiva. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10259.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

¹⁰² Ibidem. Art. 4º. O Juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir medidas cautelares no curso do processo, para evitar dano de difícil reparação.

¹⁰³ XAVIER, Flávia da Silva; SAVARIS, José Antônio. *Recursos cíveis nos Juizados Especiais Federais*. Curitiba: Juruá, 2010. p. 150.

¹⁰⁴ CÂMARA, Alexandre Freitas. *Juizados Especiais Cíveis Estaduais, Federais e da Fazenda Pública: uma abordagem crítica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 141. Grifos pelo autor.

Contudo, essa corrente mais inovadora sofre críticas diante da omissão da Lei nº 9.099/95 em não prever a existência de possível recurso em face de decisões interlocutórias, bem como da Lei nº 10.259/2001 não denominar expressamente o recurso adequado à impugnação das decisões interlocutórias que deferem medidas urgentes, além de não dispor sobre sua regulamentação, deixando a cargo da doutrina e da jurisprudência efetuar a melhor exegese no caso concreto.

Com vistas a uma melhor compreensão, é essencial analisar por quais razões há a omissão legal:

Primeiramente, destaca-se a evolução paulatina do microsistema dos juizados especiais – que sugere, inclusive, a existência do *Estatuto dos juizados especiais* – demonstrando ser evidente a normatização, nas leis mais recentes, de situações jurídicas não contempladas pelas leis anteriores. Essa evolução implica em correções no procedimento, adequando o rito aos seus objetivos, sempre com fulcro em seus princípios norteadores.

Tem-se, pois, que a utilização do agravo de instrumento em sede de juizados especiais seria mais uma adequação no procedimento. Tal afirmação se fundamenta no fato de que – em setembro de 1995, época em que a Lei nº 9.099/95 foi promulgada – a então vigente regulamentação do agravo de instrumento influía diretamente no feito em 1ª instância, violando os preceitos de celeridade e oralidade apregoados pelo microsistema. Daí, portanto, o legislador teria sido tão incisivo em desestimular a recorribilidade, especialmente no que tange às decisões interlocutórias.

Entretanto, em novembro do mesmo ano, foi promulgada a Lei nº 9.139/95, que altera os dispositivos legais que regulamentam o agravo de instrumento. Dentre as alterações destaca-se formação do instrumento dirigido diretamente à instância *ad quem*.¹⁰⁵ Destarte, o agravo de instrumento – em que pese ser recurso interposto em face de uma decisão de 1ª instância – passou a ser um processo independente da ação em tramitação na instância *a quo*, não havendo que se falar mais em ofensas à celeridade e à oralidade.

¹⁰⁵ BRASIL. *Lei nº 9.139, de 30 de novembro de 1995*. Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, que tratam do agravo de instrumento. Brasília, 1995. Art. 524. O agravo de instrumento será dirigido diretamente ao tribunal competente, através de petição com os seguintes requisitos: [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9139.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

Desde então, o agravo de instrumento passou a não mais ser considerado pela doutrina como algo a ser evitado no procedimento, mas sim um aliado na evolução do rito sumaríssimo. Vejamos a abordagem efetuada por Bruno Garcia Redondo:

A interposição de agravo de instrumento contra decisão interlocutória potencialmente danosa, proferida no curso do procedimento, em nada atrasa o curso processual. Pelo contrário, a interposição de um simples *recurso* (agravo de instrumento) chega a ser mais benéfica à oralidade e à celeridade do que a impetração de uma *demanda* judicial (mandado de segurança).¹⁰⁶

Observa-se, então, que na Lei nº 10.259/2001 – portanto, após a nova regulamentação do agravo de instrumento – o legislador não só previu a possibilidade de o magistrado deferir medidas urgentes (tutelas de urgência), como também previu o cabimento de um *recurso* em face de tais decisões, conforme já anteriormente salientado.

Ainda que o legislador não tenha sido objetivo na denominação do recurso cabível, além de não dispor acerca de sua regulamentação, é evidente que a referência recursal é ao agravo de instrumento, devendo a sua regulamentação ser a mesma daquela prevista no Código de Processo Civil, com as devidas adequações, vejamos:

Nessa esteira, a interpretação mais adequada do art. 5º da Lei nº 10.259/2001 – no que se refere ao seu segundo aspecto – é a que reconhece que o *recurso* contra decisão interlocutória capaz de causar *lesão grave e de difícil reparação* para a parte é o *agravo de instrumento*, cujo processamento deve seguir as regras estabelecidas no Código de Processo Civil, que, por ser norma geral em matéria processual, deve ser aplicado subsidiariamente, com as necessárias compatibilizações (v.g., onde estiver escrito “Tribunal”, deve-se ler “Turma Recursal”).¹⁰⁷

¹⁰⁶ REDONDO, Bruno Garcia. Da recorribilidade das decisões interlocutórias nos juizados especiais cíveis federais e estaduais. In: MIRANDA NETTO, Fernando Gama de; ROCHA, Felipe Borring (Org.). *Juizados especiais cíveis: novos desafios*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 200. Grifos pelo autor.

¹⁰⁷ Ibidem. p. 192-193. Grifos pelo autor.

3 O CONFLITO PRINCIPIOLÓGICO

Após a abordagem da evolução dos juizados especiais; dos princípios norteadores do microssistema processual; da possibilidade de existência de tutelas de urgência em seu âmbito; e, igualmente, das respectivas possibilidades de impugnação imediata, faz-se imprescindível destacar os pontos controversos da questão sobre o panorama principiológico, abordando, por fim, o posicionamento do Supremo Tribunal Federal, órgão máximo do Poder Judiciário brasileiro.

A abordagem principiológica faz-se essencial diante de possíveis conflitos entre os princípios gerais do processo – muitos dos quais estabelecidos na Constituição Federal – e os princípios orientadores dos juizados especiais, ainda que, conforme o entendimento inovador exposto na presente monografia, se vislumbre a integral compatibilidade entre tais princípios.

Todavia, suscita-se o conflito principiológico quando priorizada incondicionalmente a irrecorribilidade das decisões interlocutórias com vistas a evitar supostas ofensas aos princípios da celeridade e da oralidade, orientadores dos juizados especiais. Tal entendimento afeta diretamente o direito do jurisdicionado, bem como provoca intensos debates principiológicos.

Porém, antes do aprofundamento no estudo, é necessário compreendermos o fito do postulado da irrecorribilidade das decisões interlocutórias. Dierle José Coelho Nunes nos aponta como tal princípio deve ser atualmente interpretado: “[...] no atual perfil do princípio, não se obsta a interposição de recurso contra decisão interlocutória, mas sim impede-se que *a priori* seja possível a suspensividade completa do procedimento”.¹⁰⁸

De acordo com a abordagem já realizada, resta evidente que a atual regulamentação do recurso de agravo de instrumento não promove a suspensão da marcha processual, posto que é recurso com tramitação independente. O possível efeito suspensivo do recurso se restringe ao cumprimento da decisão agravada, desde que o relator, mediante requerimento devidamente fundamentado da parte, vislumbre possível lesão grave e de difícil reparação, até o pronunciamento definitivo do órgão colegiado.

¹⁰⁸ NUNES, Dierle José Coelho. *Direito Constitucional ao recurso: Da teoria geral do recursos, das reformas processuais e da participação nas decisões*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. p. 97.

Vejamos, a seguir, as implicações principiológicas que derivam da aplicação incondicional do princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias no âmbito dos juizados especiais cíveis estaduais face à possibilidade de concessão de tutelas de urgência.

3.1 Os princípios gerais do processo

Princípios são verdadeiras diretrizes da ordem jurídica e, como tais, possuem amplo campo de incidência no mundo jurídico, conforme afirma Nelson Nery Júnior, ao discorrer sobre princípios, a partir da concepção de Robert Alexy: “Os princípios são normas que ordenam que algo seja realizado na maior medida possível, dentro das possibilidades jurídicas reais existentes. [...]”.¹⁰⁹

Ao se discorrer sobre princípios, também se deve efetuar sua distinção com as regras, de maneira a, desde já, demonstrar a sua relevância normativa e extrema abrangência sobre o ordenamento jurídico. Apreciemos, então, o cotejo realizado por Luiz Guilherme Marinoni, demonstrando a magnitude dos princípios:

A doutrina, especialmente após as obras de Dworkin e Alexy, tem feito a distinção entre princípios e regras. Enquanto as regras se esgotam em si mesmas, na medida em que descrevem o que se deve, não se deve ou se pode fazer em determinadas situações, os princípios são constitutivos da ordem jurídica, revelando os valores ou os critérios que devem orientar a compreensão e a aplicação das regras nas situações concretas.¹¹⁰

Diante dos entendimentos supramencionados, têm-se, pois, que a expressão “princípios gerais do processo” se refere às normas mais gerais e abstratas que regem o processo. Logo, independentemente da ramificação do direito processual ou do procedimento pelo qual tramitará o processo, tais princípios devem ser observados. Segundo José Alfredo de Oliveira Baracho: “O princípio geral constitui norma jurídica que exprime, em forma sintética, o conteúdo prescritivo de um amplo complexo de regras, cuja vigência prevê a emanção de normas de certa expressividade. [...]”.¹¹¹

¹⁰⁹ NERY JÚNIOR, Nelson. *Princípios do processo na Constituição Federal*: processo civil, penal e administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 25.

¹¹⁰ MARINONI, Luiz Guilherme. *Teoria geral do processo*. 5.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 49.

¹¹¹ BARACHO, José Alfredo de Oliveira. *Direito Constitucional*: aspectos contemporâneos. Belo Horizonte: Fórum, 2006. p. 228.

Vejamos, inclusive, que muitos dos princípios gerais do processo possuem fulcro constitucional material e formal, pois não só estão expressamente previstos na Carta Maior, como também são claramente depreendidos das entrelinhas do texto normativo. Resta claro que, apesar de ser regido por um microssistema processual peculiar, o procedimento dos juizados especiais está submetido tanto aos princípios gerais do processo, como também à supremacia da ordem constitucional. Desta forma, não há que se falar em inobservância de tais princípios, ainda que possam ocorrer conflitos cujo método de solução mais adequado será posteriormente delineado.

Feitas as devidas considerações, abordemos, em espécie, os princípios gerais do processo inseridos no debate ora sob análise.

3.1.1 O devido processo legal

Com previsão constitucional no artigo 5º, inciso LIV, da Constituição Federal,¹¹² o princípio processual do devido processo legal é considerado o de maior abrangência. Trata-se de um princípio-mor do qual emanam outros princípios, conforme apregoa uniformemente a doutrina: “É pacífico o entendimento de que o devido processo legal funciona como um **supraprincípio**, um **princípio-base**, norteador de todos os demais que devem ser observados no processo [...]”.¹¹³

Trata-se de abrangência tal que sequer há uma definição objetiva. O amplo campo de incidência do devido processo legal não só abarca os princípios expressos no ordenamento jurídico, como também os demais princípios concretamente perceptíveis, mas sem previsão legal expressa. Conforme ressalta Daniel Amorim Assumpção Neves:

Tratando-se de um princípio-base, com conceito indeterminado, bastaria ao legislador constituinte, no tocante aos princípios processuais, se limitar a prever o devido processo legal, que na prática os valores essenciais à sociedade e ao ideal do justo dariam elementos suficientes para o juiz no caso concreto perceber outros princípios derivados do devido processo legal. [...] a amplitude indeterminada permite a conclusão de que mesmo as exigências não tipificadas podem ser associadas ao ideal de devido processo legal.¹¹⁴

¹¹² BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Art. 5º. [...] LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

¹¹³ NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de Direito Processual Civil*. 3. ed. São Paulo: Método, 2011. p. 62. Grifos pelo autor.

¹¹⁴ Ibidem. p. 62-63.

Ainda assim, Antônio Carlos de Araújo Cintra, Ada Pellegrini Grinover e Cândido Rangel Dinamarco conjuntamente esboçam uma concepção do devido processo legal, vejamos:

Entende-se, com essa fórmula, o conjunto de garantias constitucionais que, de um lado, asseguram às partes o exercício de suas faculdades e poderes processuais e, do outro, são indispensáveis ao correto exercício da jurisdição. Garantias que não servem apenas aos interesses das partes, como direitos públicos subjetivos (ou poderes e faculdades processuais) destas, mas que configuram, antes de mais nada, a salvaguarda do próprio processo, objetivamente considerado, como fator legitimante do exercício da jurisdição.¹¹⁵

Ante tal amplitude – e sem prejuízo da aplicação dos demais princípios processuais, até mesmo porque decorrentes deste supraprincípio, conforme já salientado – é que se aponta a violação do devido processo legal quando aplicado integralmente o postulado da irrecorribilidade das decisões interlocutórias no âmbito dos juizados especiais cíveis estaduais.

A partir dos entendimentos acima transcritos, forma-se a concepção de que a abstração do devido processo legal ganha contornos reais quando aplicado sob o prisma dos valores sociais e dos critérios de justiça. Ademais, enquanto garantia jurisdicional do cidadão, que transcende o litígio entre as partes e se torna essencial à própria dicção do direito no caso concreto, o devido processo legal exige do magistrado o seu pronunciamento diante de um potencial dano grave e de difícil reparação, argumento que atrai as tutelas de urgência para a seara dos juizados especiais cíveis estaduais.

Por outro lado, até mesmo diante de possíveis erros na própria prestação jurisdicional urgente, as partes que submetem a lide ao crivo do Judiciário têm o direito de se socorrerem de todos os meios judiciais possíveis na defesa de seus interesses. Ademais, o direito à jurisdição urgente é primordial à adequada jurisdição. Daí se aponta a necessidade imperiosa de se admitir a impugnação das decisões interlocutórias que versam sobre tutelas de urgência, adequando o meio ao fim, adequando o processo ao seu objetivo.

Em um procedimento em que se prima pela informalidade, não se deve ceifar garantias dos jurisdicionados, e até mesmo ameaçar o próprio direito perquirido, em prol de formas procedimentais que supostamente evitam o alongamento do curso processual.

¹¹⁵ CINTRA, Antônio Carlos; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2011. p. 88.

Priorizar a forma, a burocracia, em detrimento de uma resolução justa e tempestiva da lide, esvazia o ideal de efetiva pacificação social, o escopo do processo.

O direito de impugnar uma decisão que a parte entenda injusta, eivada de vícios ou equívocos, ou seja, permitir que o interessado recorra de um pronunciamento possivelmente errôneo, é nato ao Estado Democrático de Direito. Questões urgentes, requerem soluções urgentes, sob pena de não haver resultados práticos na prestação jurisdicional. Nesse contexto, destaca Fernando Gama de Miranda Netto que: “quem desampara os meios desampara também os fins. Ora, a obtenção de um resultado reconhecidamente justo pressupõe a construção de um meio justo, sob pena de retornarmos à máxima maquiavélica “os fins justificam os meios””.¹¹⁶

Tolher qualquer forma de impugnação em separado dos pronunciamentos interlocutórios dos juizados especiais equivale a afirmar que o rito sumaríssimo possui como único fito minimizar as demandas submetidas ao rito ordinário sem haver qualquer critério para uma jurisdição justa, caindo por terra o princípio da equidade, expressamente previsto na Lei nº 9.099/95, além de afrontar diversas garantias processuais e consequentemente o próprio princípio do devido processo legal.

Afirmar a absoluta irrecorribilidade das decisões interlocutórias nos juizados especiais possibilita, inclusive, que o magistrado simplesmente se abstenha de analisar a demanda urgente sobre a alegação de incompatibilidade do instituto das tutelas de urgência com o procedimento sumaríssimo, forçando a parte ao conformismo por ausência de recurso cabível ou qualquer outra forma de impugnação imediata. Nessa situação hipotética, restaria tão-somente à parte contemplar o perecimento de sua pretensão. Ora, é este um perfeito exemplo de violação ao princípio da inafastabilidade da prestação jurisdicional.¹¹⁷

Portanto, resta demonstrado que a garantia do devido processo legal é violada quando não há instrumento jurídico hábil à impugnação de decisão interlocutória urgente, cujo conteúdo revela grande potencial de lesão grave e de difícil reparação.

¹¹⁶ MIRANDA NETTO, Fernando Gama. Garantias do Processo Justo nos Juizados Especiais Cíveis. In: MIRANDA NETTO, Fernando Gama de; ROCHA, Felipe Borring (Org.). *Juizados especiais cíveis: novos desafios*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 90.

¹¹⁷ BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Art. 5º. [...] XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito; [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

3.1.2 O acesso à justiça

O princípio do acesso à justiça tem por objetivo possibilitar o mais amplo acesso por parte dos cidadãos ao Poder Judiciário. Entretanto, os fins de tal princípio não se exaurem na mera submissão de uma questão ao Estado-Juiz, mas, principalmente, em uma resolução da questão que se pautar por critérios de justiça, razão pela qual o princípio em comento – também definido como acesso à ordem jurídica justa – garante ao jurisdicionado não só os meios de acesso à jurisdição, mas também um pronunciamento adequado por parte do Estado. Ainda assim, o pleno acesso à justiça requer a observância de muitos outros aspectos. Sobre o tema:

Acesso à justiça não se identifica, pois, com a mera *admissão ao processo*, ou possibilidade de ingresso em juízo. [...] para que haja o efetivo acesso à justiça é indispensável que o maior número possível de pessoas seja admitido a demandar e a defender-se adequadamente (inclusive em processo criminal), sendo também condenáveis as restrições quanto a determinadas causas (pequeno valor, interesses difusos); mas para a integralidade do acesso à justiça, é preciso isso e muito mais.¹¹⁸

A partir desta noção, depreende-se que, ao acesso à justiça – portanto, também à jurisdição adequada e justa – faz-se imprescindível a observância aos diversos princípios constitucionais e, no caso dos juizados especiais cíveis estaduais, também aos princípios norteadores do microssistema processual. Esse diálogo entre princípios permite não só atenuar a *litigiosidade contida*, mas também entregar ao jurisdicionado um resultado satisfatório. Nesse diapasão, Antônio Carlos Cintra, Ada Pellegrini Grinover e Cândido Rangel Dinamarco afirmam que o acesso à justiça é “[...] a dinâmica dos princípios e garantias do processo, na sua interação teleológica apontada para a *pacificação com justiça*”.¹¹⁹

Vejamos, ainda, as palavras de José Alfredo de Oliveira Baracho, que deixam transparecer a íntima relação entre jurisdição, justiça, Poder Judiciário e garantias processuais: “O direito à tutela jurisdicional é o direito que toda pessoa tem de exigir que se faça justiça, quando pretenda algo de outro, sendo que a pretensão deve ser atendida por um órgão judicial, através de processo onde são reconhecidas as garantias mínimas [...]”.¹²⁰

¹¹⁸ CINTRA, Antônio Carlos; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2011. p. 39. Grifos pelos autores.

¹¹⁹ Ibidem. p. 40. Grifos pelos autores.

¹²⁰ BARACHO, José Alfredo de Oliveira. *Direito Constitucional: aspectos contemporâneos*. Belo Horizonte: Fórum, 2006. p. 229.

Ao se efetuar a análise do microssistema dos juizados especiais sob a ótica do princípio do acesso à justiça, observa-se que tal princípio é intrínseco à própria natureza dos juizados especiais.

Por se tratar de um procedimento sumaríssimo de processamento e julgamento das causas de menor complexidade, os diversos princípios orientadores do rito revelam a busca incessante pela pacificação dos litígios que não eram submetidos ao Judiciário por dificuldades de acesso à jurisdição. Especialmente, a celeridade, a informalidade, a oralidade e a equidade buscam sanar tal deficiência por intermédio de uma prestação jurisdicional de resultados.

Os diversos instrumentos de acessibilidade dos cidadãos ao Poder Judiciário são facilmente encontrados nas leis regulamentadoras dos juizados especiais, dentre os quais se destacam as dispensas de advogado para as causas de até vinte salários mínimos e de custas, taxas e despesas judiciais em primeira instância.

Logo, diante das inovações trazidas pelo microssistema dos juizados especiais, não há como negar que o acesso à justiça é um dos objetivos primordiais do procedimento. É justamente nesta esteira que se deve admitir as tutelas de urgência no âmbito dos juizados especiais cíveis estaduais, ou seja, como mais um instrumento de efetivação da justiça. Eis a lição de José Roberto dos Santos Bedaque:

Entre as várias alternativas, como a gratuidade da justiça para os necessitados, a simplificação da forma, a instituição de órgãos especiais para a solução de questões menos complexas, existe a tendência de adotar tutelas de urgência, destinadas a solucionar o litígio com maior rapidez, ainda que com limitações à atividade cognitiva do juiz, ou apenas assegurar condições favoráveis à obtenção desse resultado pelas vias normais.¹²¹

Desta forma, a impossibilidade de impugnação imediata das decisões interlocutórias no âmbito dos juizados especiais – especificamente as decisões interlocutórias que versam sobre tutelas de urgência – representa grave violação ao acesso à justiça.

Observa-se que o jurisdicionado, ao postular sua pretensão urgente em juízo, tem direito à tutela jurisdicional apropriada, que, nessa hipótese, se traduz em jurisdição imediata, com vistas a evitar o perecimento do direito posto em juízo.

¹²¹ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Tutela cautelar e tutela antecipada: tutelas sumárias e de urgência*. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. p. 28.

No entanto, a aplicação radical da irrecurribilidade imediata das decisões interlocutórias, em sua integralidade, não permite o controle desta jurisdição justa e adequada, já que, carente de instrumentos impugnatórios, não há como a parte recorrer ao Judiciário para demonstrar suas razões e requerer a cassação ou reforma da decisão interlocutória que lhe representa um dano grave e de difícil reparação. Trata-se, portanto, de uma restrição imposta aos cidadãos à própria jurisdição e, conseqüentemente, à própria justiça. Nos ensinamentos de Flávio Cheim Jorge: “[...] encontram-se os recursos diretamente ligados à função exercida pelo Estado, concernente na prestação da tutela jurisdicional justa e adequada [...]”.¹²²

Mais uma vez se salienta que a junção dos princípios do devido processo legal e do acesso à justiça propiciam o alcance do real objetivo do processo, qual seja: a pacificação social com resultados justos. Assim, independentemente do rito pelo qual tramita o feito, as garantias processuais devem ser asseguradas, de maneira que qualquer restrição deve ser tratada como grave afronta aos princípios gerais do processo.

3.1.3 O contraditório e a ampla defesa

Em um primeiro momento, os princípios do contraditório e da ampla defesa – devidamente consagrados na Magna Carta¹²³ – aparentam se restringir ao direito de defesa, principalmente quando aplicados no Direito Processual Penal. Entretanto, tais princípios devem ser interpretados com maior abrangência, de maneira que sejam observados em todos e quaisquer ramos do direito processual – haja vista se tratar de princípios gerais do processo – igualmente não se limitando às manifestações de defesa, mas abarcando também o direito de ação. Apreciemos o entendimento de Nelson Nery Júnior:

O princípio do contraditório, além de se constituir fundamentalmente em manifestação do princípio do *estado de direito*, tem íntima ligação com o da igualdade das partes e o do direito de ação, pois o texto constitucional, ao garantir aos litigantes o contraditório e a ampla defesa, quer significar que tanto o *direito de ação* quanto o *direito de defesa* são manifestações do princípio do contraditório.¹²⁴

¹²² JORGE, Flávio Cheim. *Teoria geral dos recursos cíveis*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. p. 32.

¹²³ BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Art. 5º. [...] LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes; [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

¹²⁴ NERY JÚNIOR, Nelson. *Princípios do processo na Constituição Federal*: processo civil, penal e administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 209. Grifos pelo autor.

Ao analisarmos o texto constitucional, verifica-se que o legislador constituinte expressamente assegurou aos litigantes não só os princípios do contraditório e da ampla defesa, mas também os meios e recursos a eles inerentes.

Tal previsão constitucional objetiva garantir aos cidadãos os instrumentos que possibilitem a manifestação judicial em face de atos processuais que sejam contrários a seus interesses. Em um Estado de Direito, é essencial que os cidadãos não sejam obrigados a tolerar pronunciamentos judiciais que lhes prejudiquem. Nesse sentido, Nelson Nery Júnior expõe as facetas do contraditório: “Por contraditório, deve entender-se, de um lado, a necessidade de dar conhecimento da existência da ação e de todos os atos do processo às partes, e, de outro, a possibilidade de as partes reagirem aos atos que lhes sejam desfavoráveis [...]”.¹²⁵

Desta forma, o recurso – enquanto instrumento decorrente dos princípios do contraditório e da ampla defesa – objetiva possibilitar a reação da parte quando entender que o provimento jurisdicional contém algum erro. Ademais, a manifestação da parte nos atos processuais – objetivo dos ritos em que impera o princípio da oralidade, como ocorre nos juizados especiais – contribui para a verdadeira pacificação social pautada por critérios de justiça. Acerca do recurso como decorrência dos princípios do contraditório e da ampla defesa, Dierle José Coelho Nunes leciona que:

[...] o instituto do recurso não pode ser analisado de modo unitário com o princípio do duplo grau de jurisdição, que garante um duplo exame de todas as questões debatidas em juízo, mas sim deve ser visto como uma decorrência do princípio do contraditório e o da ampla defesa, possibilitando uma intervenção das partes e um diálogo destas com o juízo todas as vezes que a decisão recorrida não tenha levado em consideração o seu contributo crítico.¹²⁶

Nesse diapasão, a plena irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias que versam sobre tutelas de urgência no âmbito dos juizados especiais cíveis estaduais implica na inobservância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Verifica-se que a impossibilidade de imediata impugnação de uma decisão judicial urgente impossibilita o jurisdicionado de, mediante reapreciação, apresentar as razões levadas à análise judicial, porém eventualmente não consideradas para fins de

¹²⁵ NERY JÚNIOR, Nelson. *Princípios do processo na Constituição Federal*: processo civil, penal e administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 210.

¹²⁶ NUNES, Dierle José Coelho. *Direito Constitucional ao recurso*: Da teoria geral dos recursos, das reformas processuais e da participação nas decisões. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. p. 163.

concessão liminar da tutela urgente. Logo, seria retirado da parte o direito subjetivo de se insurgir contra a desconsideração de suas razões, exigindo uma inércia compulsória diante de uma decisão interlocutória inatacável.

3.2 Princípios gerais do processo vs. princípios informadores

Posteriormente ao estudo que revela a violação aos princípios constitucionais do devido processo legal, do acesso à justiça, do contraditório e da ampla defesa, evidencia-se o aparente conflito entre os mencionados princípios e a integral aplicação do postulado da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, o qual decorre do princípio da oralidade, informador do microsistema dos juizados especiais.

Conforme sustentado por toda a extensão do presente trabalho, os princípios, enquanto diretrizes gerais, devem sempre ser observados, sob pena de se incorrer em um verdadeiro caos na prestação jurisdicional com consequências desastrosas não apenas para os jurisdicionados, mas principalmente para a própria ordem jurídica.

Por um lado, a plena irrecorribilidade das decisões interlocutórias visa consagrar a regra, no âmbito dos juizados especiais cíveis estaduais, de se evitar ao máximo qualquer forma de impugnação que não seja efetuada em face de sentença. Desta forma, estaria sendo preservada a celeridade, outro princípio informador do rito.

Por outra visão, a ordem jurídica brasileira prioriza as garantias processuais, como deve ocorrer em todo Estado Democrático de Direito. Tais garantias, duramente conquistadas, são verdadeiros trunfos dos cidadãos, que se abstêm de resolver seus litígios por intermédio da autotutela para submetê-los ao crivo da jurisdição estatal.

Nesse sentido, o impasse requer uma solução adequada por parte dos operadores do direito, conforme expõe Marcos Jorge Catalan: “[...] A boa aplicação dos princípios é essencial à evolução do direito enquanto pacificador social. Seu estudo aprofundado pelos operadores do direito, certamente facilitará o deslinde das demandas com decisões acertadas”.¹²⁷

¹²⁷ CATALAN, Marcos Jorge. *O procedimento do juizado especial cível*. São Paulo: Mundo Jurídico, 2003. p. 41.

Com vistas à melhor solução para esse conflito principiológico, é essencial o cotejo entre os princípios envolvidos. Somente verificando o valor de cada interesse tutelado pelo seu respectivo princípio será possível definir quais serão priorizados no caso concreto. Essa é a metodologia exposta por Alexandre Freitas Câmara: “Surgindo, porém, um conflito entre princípios, a solução não será tão simples. E o único modo de resolver o conflito será ponderando os interesses em conflito, de modo a fazer com que incida, no caso concreto, o princípio capaz de proteger o interesse mais relevante”.¹²⁸

Tal método de resolução dos conflitos principiológicos, ainda que relativize a aplicação integral de um princípio para que seja aplicado outro em sua integralidade – no caso concreto, de maior relevância – não anula por completo o objeto protegido pelo princípio ora mitigado. Desta forma, não há graves prejuízos nem aos litigantes, nem à ordem jurídica, pois o bem jurídico de maior relevância justifica eventual relativização. Em síntese, esse é o princípio da harmonização.

Ao retomarmos a discussão ao presente estudo, verifica-se que os princípios gerais do processo ora invocados possuem fundamento constitucional, ou seja, optou o constituinte por expressamente elevar os direitos ao acesso à justiça, ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa ao *status* de direitos fundamentais. Logo, diante da supremacia constitucional, aliado ao fato de se tratarem de normas gerais, não seria razoável relativizar tais garantias em prol de princípios com previsão infraconstitucional.

Ainda que esteja sendo abordado o conflito entre princípios constitucionais e os princípios informadores dos juizados especiais – o que facilita a solução da questão, haja vista haver a clara preponderância dos princípios constitucionais – é plenamente aplicável a explanação de Uadi Lammêgo Bulos, acerca da técnica de interpretação guiada pelo princípio da harmonização dos princípios constitucionais:

Como os bens constitucionais não são uns superiores aos outros, afinal integram um mesmo texto magno, e foram procriados pelo mesmo poder constituinte, apenas pelo estudo do caso concreto saberemos qual deve preponderar. À vista da situação prática, o intérprete analisa qual o bem deve ceder perante o outro, sempre buscando o resultado socialmente desejável. O exegeta faz concessões recíprocas, sacrificando determinado princípio a fim de priorizar o interesse mais *racional* para reger o caso concreto.¹²⁹

¹²⁸ CÂMARA, Alexandre Freitas. *Juizados Especiais Cíveis Estaduais, Federais e da Fazenda Pública: uma abordagem crítica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 7.

¹²⁹ BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de direito constitucional*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 450.

Portanto, a irrecorribilidade das decisões interlocutórias deve ser mitigada, a fim de assegurar garantias constitucionais de maior relevância. Contudo, ressalta-se que a relativização de tal postulado informador não significa sua completa anulação.

A irrecorribilidade das decisões interlocutórias deve sempre ser observada no procedimento que rege os juizados especiais, com exceção ao caso excepcional das decisões interlocutórias que versam acerca das tutelas de urgência, haja vista exigirem uma apreciação jurisdicional célere e ao mesmo tempo justa e adequada.

3.3 O posicionamento do Supremo Tribunal Federal

A possibilidade de impugnação imediata das decisões interlocutórias nos juizados especiais cíveis estaduais já foi submetida à apreciação judicial. O caso pioneiro – cujo entendimento atualmente representa o posicionamento majoritário da jurisprudência brasileira sobre o tema – foi analisado no âmbito do Pretório Excelso por intermédio do Recurso Extraordinário nº 576.847/BA,¹³⁰ de relatoria do Ministro Eros Roberto Grau.

Em seu voto, o Ministro Relator expôs as razões que o levaram a consagrar a plena irrecorribilidade das decisões interlocutórias no âmbito dos juizados especiais cíveis estaduais, inclusive afastando qualquer suposta violação aos princípios constitucionais que tal entendimento poderia incorrer. Nessa esteira, também foi rechaçada a possibilidade de serem utilizados quaisquer instrumentos impugnatórios, quer seja de natureza recursal ou não. Ao final, esse foi o entendimento, por maioria, prevalecente. Todavia, tal interpretação não foi bem recepcionada pela doutrina.

Ocorre que, anteriormente ao posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, a discussão se restringia tão-somente à forma de impugnação, ou seja, se esta seria efetuada por intermédio da interposição de agravo de instrumento ou via impetração de mandado de segurança. Nos autos, o debate sobre a questão se limitou apenas a tal impasse: por um lado, a recorrente – Telemar Norte Leste S/A – entendia ser o mandado de segurança o instrumento impugnatório cabível no caso concreto, enquanto a instância *a*

¹³⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário. [...]. RE 576.847-3/BA. Tribunal Pleno. Recorrente: Telemar Norte Leste S/A. Recorrido: Ernestina Borges dos Santos. Relator: Min. Eros Grau. Brasília, 20, de maio de 2009. Disponível em: <[http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=\(RE\\$.SCLA. E 576847.NUME.\) OU \(RE.ACMS. ADJ2 576847.ACMS.\)&base=baseAcordaos](http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=(RE$.SCLA. E 576847.NUME.) OU (RE.ACMS. ADJ2 576847.ACMS.)&base=baseAcordaos)>. Acesso em: 05 out. 2011.

quo – a 5ª Turma Cível e Criminal do Estado da Bahia – se pronunciou no sentido de que a decisão interlocutória deveria ser atacada por agravo de instrumento. Entretanto, o Pretório Excelso inaugurou essa terceira corrente, jamais suscitada, de absoluta irrecurribilidade imediata das decisões interlocutórias no âmbito dos juizados especiais cíveis estaduais, conforme explanam Alexandre Freitas Câmara e Bruno Garcia Redondo:

[...] a divergência, até então existente, limitava-se ao meio de impugnação de decisão interlocutória proferida em Juizado Estadual, isto é, se seria cabível a interposição de *agravo de instrumento* ou a impetração de mandado de segurança. A comunidade jurídica, entretanto, foi recentemente surpreendida com a adoção de um terceiro entendimento, até então jamais ventilado, no sentido de absoluta inviabilidade de impugnação imediata de decisão interlocutória, seja por *agravo*, seja por *mandamus*.¹³¹

José Miguel Garcia Medina e Teresa Arruda Alvim Wambier, ao defenderem a admissibilidade do mandado de segurança como instrumento impugnatório no rito sumaríssimo, também exprimem opinião diversa: “Há, no entanto, decisão recente do STF em sentido oposto, adotando a orientação com a qual não concordamos”.¹³²

Vejamos também as razões apresentadas por Alexandre Freitas Câmara e Bruno Garcia Redondo que sintetizam a irresignação doutrinária em face do entendimento firmado pela Suprema Corte:

Com o devido respeito ao entendimento adotado pela Corte Constitucional, as garantias constitucionais da *ampla defesa* e do *devido processo legal* impedem a prolação de decisão judicial que, sendo capaz de produzir efeitos imediatos e gravosos ao direito de uma parte, seja considerada como absolutamente inatacável de forma imediata. Sempre que o ordenamento permitir, de um lado, que uma decisão produza efeitos imediatos e gravosos contra o jurisdicionado, deve admitir, de outro, a utilização, pela parte potencialmente lesada, de algum meio idôneo e hábil à sua impugnação.¹³³

Destarte, com vistas à formulação de uma conclusão adequada acerca do tema, analisemos detalhadamente a decisão exarada nos autos do Recurso Extraordinário nº 576.847/BA, de maneira a contrapor os motivos que fundamentaram o voto do Ministro Relator e o entendimento disseminado pela doutrina.

¹³¹ CÂMARA, Alexandre Freitas; REDONDO, Bruno Garcia. Da possibilidade de impugnação imediata de decisão interlocutória em juizado estadual: críticas ao posicionamento adotado no RE 576.847/BA. *Revista de processo*. São Paulo, v. 34, n. 176. p. 129, out. 2009. Grifos pelos autores.

¹³² MEDINA, José Miguel Garcia; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Recursos e ações autônomas de impugnação*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 273.

¹³³ CÂMARA, Alexandre Freitas; REDONDO, Bruno Garcia, op. cit., p. 139-140. Grifos pelos autores.

Primeiramente, cumpre-nos ressaltar que o referido Recurso Extraordinário, antes de ser meritariamente analisado pelo Supremo Tribunal Federal, teve de ter reconhecida, em preliminar, a sua repercussão geral – nos termos do artigo 543-B do Código Processual Civil –¹³⁴ o que amplia a eficácia do entendimento adotado, atingindo os demais processos sobrestados e, conseqüentemente, potencializando o impacto do pronunciamento no mundo jurídico, fato que preocupa a doutrina.

Observa-se que, apesar das supostas violações aos princípios constitucionais do devido processo legal, do acesso à justiça, do contraditório e da ampla defesa serem patentes, trata-se de violações reflexas à Constituição, haja vista a matéria discutida se referir à irrecorribilidade das decisões interlocutórias no âmbito dos juizados especiais cíveis estaduais, matéria infraconstitucional, portanto. Assim, seria incabível discutir a questão em sede de recurso extraordinário, conforme salienta Paulo Camargo Tedesco:

Se a questão passava, em um primeiro plano, pela análise da legislação infraconstitucional para, só então, tangenciar princípios consagrados implícita ou explicitamente no texto constitucional, quer parecer que não havia espaço para a apreciação da recorribilidade das decisões interlocutórias nos juizados especiais cíveis no âmbito do recurso extraordinário.¹³⁵

Entretanto assim não ocorreu. Após o conhecimento do recurso, houve sua submissão à análise da repercussão geral da questão.

Conforme estabelece o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal,¹³⁶ caso não exista número suficiente de manifestações pela recusa da repercussão geral do tema, considerar-se-á esta reconhecida.

Foi o que aconteceu no Recurso Extraordinário nº 576.847/BA, quando três ministros votaram pelo reconhecimento da repercussão geral, outros sete magistrados entenderam por sua inexistência e o voto remanescente se absteve de efetuar a análise.

¹³⁴ BRASIL. *Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973*. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, 1973. Art. 543-B. Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica controvérsia, a análise da repercussão geral será processada nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, observado o disposto neste artigo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

¹³⁵ TEDESCO, Paulo Camargo. O STF e a irrecorribilidade das decisões interlocutórias nos Juizados especiais cíveis. *Revista de processo*. São Paulo, v. 34, n. 178, p. 254, dez. 2009.

¹³⁶ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal*. Art. 324. [...] §1º Decorrido o prazo sem manifestações suficientes para recusa do recurso, reputar-se-á existente a repercussão geral. [...] Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoRegimentoInterno/anexo/RISTF_Julho_2011.pdf>. Acesso em: 05 out. 2011.

Portanto, não se atingiu o quórum mínimo de dois terços dos ministros do Supremo Tribunal Federal,¹³⁷ ou seja, oito votos contrários ao reconhecimento da repercussão geral sobre a matéria, restando esta formalmente reconhecida.

Quanto às razões meritórias apontadas no recurso em epígrafe, apontam-se cinco fundamentos como os mais relevantes, fundamentos estes que levaram a Corte Constitucional a se posicionar a favor da total irrecorribilidade das decisões interlocutórias no âmbito dos juizados especiais cíveis estaduais, quais sejam: a contrariedade entre celeridade e a impugnação imediata das decisões interlocutórias; a incompatibilidade entre os prazos necessários à impugnação imediata e o procedimento sumaríssimo; a livre escolha das partes pelo procedimento; a incompetência dos juizados especiais cíveis estaduais para processar e julgar mandado de segurança; e, por fim, a possibilidade de impugnação diferida das decisões interlocutórias. Analisemos pormenorizadamente:

O primeiro argumento rebatido pela doutrina foi o fato de ter o Ministro Relator afirmado a incompatibilidade entre o procedimento dos juizados especiais cíveis estaduais, pautado pela celeridade e competente para o processamento e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, e a recorribilidade imediata das decisões interlocutórias. Foram esses os termos utilizados: “A Lei n. 9.099/95 está voltada à promoção de celeridade no processamento e julgamento de causas de complexidade menor. Daí ter consagrado a regra da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, inarredável”.¹³⁸

Em contraponto a tal posicionamento, a doutrina destaca que, em nenhum momento, a Lei nº 9.099/95 afirmou expressamente a regra da irrecorribilidade das decisões interlocutórias no rito por ela regulamentado, mas sim é omissa no que tangencia a questão das decisões interlocutórias.

O entendimento adotado pelo Relator somente pode ser considerado como postulado da oralidade, não como disposição expressa da lei. Ainda assim, entende a

¹³⁷ BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Art. 102. [...] § 3º No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

¹³⁸ Idem. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário. [...]. RE 576.847-3/BA. Tribunal Pleno. Recorrente: Telemar Norte Leste S/A. Recorrido: Ernestina Borges dos Santos. Relator: Min. Eros Grau. Brasília, 20, de maio de 2009. Disponível em: <[http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=\(RE\\$.SCLA. E 576847.NUME.\) OU \(RE.ACMS. ADJ2 576847.ACMS.\)&base=baseAcordaos](http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=(RE$.SCLA. E 576847.NUME.) OU (RE.ACMS. ADJ2 576847.ACMS.)&base=baseAcordaos)>. Acesso em: 05 out. 2011.

doutrina que o objetivo desse postulado é colaborar na concentração das diversas fases processuais em uma única audiência, corroborando também com o princípio da celeridade. Entretanto, conforme já salientado ao ser abordado o postulado da irrecorribilidade das decisões interlocutórias em separado, deve haver sua relativização quando não se concretizar a audiência una, no sentido de que seja admitida a recorribilidade imediata.

Em síntese, a interpretação mais adequada é a de que, se não há espaço para a existência de qualquer decisão que não se tratasse de sentença, ou seja, não existindo qualquer brecha que possibilite a existência de decisão interlocutória, não há que se falar em recorribilidade em separado. Segundo a crítica de Paulo Camargo Tedesco: “[...] infere-se que a omissão legislativa teve como parâmetro a impossibilidade lógica, e não jurídica de impugnação das decisões interlocutórias. Dito de outro modo, a lei não quis barrar a recorribilidade; ela pressupôs que sequer o interesse em recorrer viria a se configurar”.¹³⁹

O segundo argumento foi o de incompatibilidade dos prazos para impetrar mandado de segurança ou interpor agravo de instrumento quando insertos no procedimento regulamentado pela Lei nº 9.099/95, vejamos: “Os prazos para agravar – de dez dias [art. 522 do CPC] – e para impetrar mandado de segurança – de cento e vinte dias [art. 18 da Lei n. 1.533/51] – não se coadunam com o s fins aos quais se volta a Lei n. 9.099/95”.¹⁴⁰

No tocante a esse fundamento decisório, a principal crítica da doutrina reside no fato de que ambos os institutos impugnatórios – quer seja o mandado de segurança, quer seja o agravo de instrumento – não implicam na suspensão do processo que contém a decisão impugnada, o qual continua a seguir seu *iter* processual sem qualquer interferência. Destarte, não há que se falar em incompatibilidade temporal entre o rito sumaríssimo e os prazos de dez dias para a interposição do agravo de instrumento¹⁴¹ ou de cento e vinte dias

¹³⁹ TEDESCO, Paulo Camargo. O STF e a irrecorribilidade das decisões interlocutórias nos Juizados especiais cíveis. *Revista de processo*. São Paulo, v. 34, n. 178, p. 256, dez. 2009.

¹⁴⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário. [...]. RE 576.847-3/BA. Tribunal Pleno. Recorrente: Telemar Norte Leste S/A. Recorrido: Ernestina Borges dos Santos. Relator: Min. Eros Grau. Brasília, 20, de maio de 2009. Disponível em: <[http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=\(RE\\$.SCLA. E 576847.NUME.\) OU \(RE.ACMS. ADJ2 576847.ACMS.\)&base=baseAcordaos](http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=(RE$.SCLA. E 576847.NUME.) OU (RE.ACMS. ADJ2 576847.ACMS.)&base=baseAcordaos)>. Acesso em: 05 out. 2011.

¹⁴¹ Idem. Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, 1973. Art. 522. Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

para a impetração do mandado de segurança.¹⁴² Ressalta-se, inclusive, que esse último resta atualmente fixado pela lei nº 12.016/09, que revogou expressamente a então vigente lei nº 1.533/51, mas manteve o mesmo prazo para impetração do *writ*. Eis o entendimento de Paulo Camargo Tedesco:

Com a devida vênia, nenhuma das duas espécies de impugnação mencionadas pelo excerto acima transcrito provocam a suspensão do curso do processo. Tanto o agravo de instrumento quanto o mandado de segurança teriam andamento paralelo ao da causa e não provocariam retardo de qualquer espécie na marcha processual. Diante disso, não há como se vislumbrar prejuízo ao curso do feito em razão da possibilidade de impugnação de decisões interlocutórias.¹⁴³

O terceiro ponto controverso se refere à total liberdade das partes optarem ou não pelo procedimento dos juizados especiais cíveis estaduais. Segundo o Relator, as partes, ao submeterem a causa ao rito ora sob exame, está ciente dos ônus e bônus advindos de sua escolha. Em outros termos, ciente da plena irrecorribilidade das decisões interlocutórias no âmbito dos juizados especiais cíveis estaduais, não têm as partes que se rebelarem contra uma possível decisão interlocutória, caso contrário, teriam optado pelo rito ordinário, conforme a seguinte transcrição: “Ademais, a opção pelo rito sumaríssimo é faculdade das partes, com as vantagens e limitações que a sua escolha acarreta”.¹⁴⁴

Sustenta a doutrina que o supracitado entendimento não seria passível de críticas, mas somente caso o réu também participasse da faculdade de escolha do procedimento aplicado à demanda. Como a decisão interlocutória pode desfavorecer ambas as partes, o interesse em recorrer também poderá ser da parte ré – especialmente quando a decisão atacada versa sobre tutela de urgência concedida *inaudita altera pars* – a qual restaria sobremaneira prejudicada por uma escolha efetuada unilateralmente pelo autor. Na realidade, a escolha do procedimento adotado não é faculdade das partes, mas tão-somente do autor, conforme alerta Paulo Camargo Tedesco:

¹⁴² BRASIL. Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009. Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências. Brasília, 2009. Art. 23. O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112016.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

¹⁴³ TEDESCO, Paulo Camargo. O STF e a irrecorribilidade das decisões interlocutórias nos Juizados especiais cíveis. *Revista de processo*. São Paulo, v. 34, n. 178, p. 257, dez. 2009.

¹⁴⁴ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário. [...]. RE 576.847-3/BA. Tribunal Pleno. Recorrente: Telemar Norte Leste S/A. Recorrido: Ernestina Borges dos Santos. Relator: Min. Eros Grau. Brasília, 20, de maio de 2009. Disponível em: <[http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=\(RE\\$.SCLA. E 576847.NUME.\) OU \(RE.ACMS. ADJ2 576847.ACMS.\)&base=baseAcordaos](http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=(RE$.SCLA. E 576847.NUME.) OU (RE.ACMS. ADJ2 576847.ACMS.)&base=baseAcordaos)>. Acesso em: 05 out. 2011.

Não há dúvidas de que a eleição pelo procedimento é faculdade do autor. Não é, entretanto, do réu. E o interessado na impugnação da decisão interlocutória pode ser do réu. Aliás, em um contexto de deferimento de antecipação dos efeitos da tutela sem oitiva da parte contrária, para se ter como exemplo, o réu não teria a possibilidade de impugnar essa decisão interlocutória em razão da eleição, pela parte adversa, de procedimento que lhe causaria essa restrição.¹⁴⁵

O penúltimo pilar sobre o qual se sustenta o voto condutor que reflete o entendimento do Pretório Excelso é a incompetência dos juizados especiais cíveis estaduais para processar e julgar mandado de segurança. Segundo o Ministro Eros Grau, o Judiciário não é o Poder competente para dispor sobre a possível expansão da competência do procedimento regulamentado pela Lei nº 9.099/95 com vistas a possibilitar a apreciação de mandado de segurança, função que apenas pode ser exercida pelo Legislativo: “Mais, a admissão do mandado de segurança na hipótese dos autos importaria a ampliação da competência dos juizados especiais, que cabe exclusivamente ao Poder Legislativo”.¹⁴⁶

No tocante a esse argumento, a doutrina entende não haver observância aos Enunciados Sumulares 267 do próprio Supremo Tribunal Federal –¹⁴⁷ cuja interpretação assegura ao jurisdicionado a utilização do mandado de segurança em face de decisões irrecorríveis que não sejam passíveis de correção – e 376 do Superior Tribunal de Justiça –¹⁴⁸ que define a competência das turmas recursais para processar e julgar mandado de segurança impetrado em face de decisões proferidas no ritodos juizados especiais cíveis estaduais.

Ademais, há de ser considerado que, por advir da própria Magna Carta, não se pode restringir a utilização do mandado de segurança por simples incompatibilidade com o procedimento. Desta forma, ante o entendimento do Relator, a doutrina sustenta que, quando muito, a competência para processar e julgar esse remédio constitucional deveria ser atribuída aos tribunais de justiça, como propõe Paulo Camargo Tedesco:

¹⁴⁵ TEDESCO, Paulo Camargo. O STF e a irrecurribilidade das decisões interlocutórias nos Juizados especiais cíveis. *Revista de processo*. São Paulo, v. 34, n. 178, p. 257, dez. 2009.

¹⁴⁶ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário. [...]. RE 576.847-3/BA. Tribunal Pleno. Recorrente: Telemar Norte Leste S/A. Recorrido: Ernestina Borges dos Santos. Relator: Min. Eros Grau. Brasília, 20, de maio de 2009. Disponível em: <[http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=\(RE\\$.SCLA. E 576847.NUME.\) OU \(RE.ACMS. ADJ2 576847.ACMS.\)&base=baseAcordaos](http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=(RE$.SCLA. E 576847.NUME.) OU (RE.ACMS. ADJ2 576847.ACMS.)&base=baseAcordaos)>. Acesso em: 05 out. 2011.

¹⁴⁷ Idem. Supremo Tribunal Federal. Enunciado Sumular 267. Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correção. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=267.NUME. NAO S.FLSV.&base=baseSumulas>>. Acesso em: 05 out. 2011.

¹⁴⁸ Idem. Superior Tribunal de Justiça. Verbete Sumular 376. Compete a turma recursal processar e julgar o mandado de segurança contra ato de juizado especial. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/sumanot/toc.jsp?&b=TEMA&p=true&t=&l=10&i=380#TIT376TEMA0>>. Acesso em: 05 out. 2011.

[...] a admissão de mandado de segurança contra ato ilegal ou abusivo de autoridade tem fundamento constitucional, razão pela qual eventual restrição de competência das turmas e colégios recursais para sua apreciação, quando muito, transferiria esse mister para os tribunais de justiça.¹⁴⁹

Outro ponto a ser observado é que a Lei nº 12.016/09, em seu artigo 5º,¹⁵⁰ estabelece o rol taxativo de vedações ao manejo do mandado de segurança e, entre as três hipóteses, não há qualquer menção à utilização do instituto contra ato judicial dos juizados especiais cíveis estaduais.

Ademais, o argumento analisado é aplicável somente ao mandado de segurança, não havendo qualquer menção quanto à incompetência dos juizados cíveis para apreciação do recurso de agravo de instrumento, cuja regulamentação atual é plenamente compatível com o procedimento sumaríssimo.

Por fim, o voto condutor tem como último fundamento a possibilidade de impugnação diferida das decisões interlocutórias, o que afastaria a violação ao princípio constitucional da ampla defesa.

De acordo com o Ministro Relator, não haveria preclusão das decisões interlocutórias, já que estas poderiam ser reapreciadas por intermédio do recurso interposto em face da sentença,¹⁵¹ o qual a doutrina denomina *recurso inominado* – que, aliado aos embargos declaratórios, compõe o sistema recursal com disposição legal expressa na Lei nº 9.099/95. Nas palavras utilizadas pelo Ministro Eros Roberto Grau: “De resto não há, na hipótese, afronta ao princípio constitucional da ampla defesa, vez que decisões interlocutórias podem ser impugnadas quando da interposição de recurso inominado”.¹⁵²

¹⁴⁹ TEDESCO, Paulo Camargo. O STF e a irrecorribilidade das decisões interlocutórias nos Juizados especiais cíveis. *Revista de processo*. São Paulo, v. 34, n. 178, p. 257, dez. 2009.

¹⁵⁰ BRASIL. Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009. Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências. Brasília, 2009. Art. 5º. Não se concederá mandado de segurança quando se tratar: I - de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução; II - de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo; III - de decisão judicial transitada em julgado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112016.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

¹⁵¹ Idem. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília, 1995. Art. 41. Da sentença, excetuada a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso para o próprio Juizado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

¹⁵² Idem. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário. [...]. RE 576.847-3/BA. Tribunal Pleno. Recorrente: Telemar Norte Leste S/A. Recorrido: Ernestina Borges dos Santos. Relator: Min. Eros Grau. Brasília, 20, de maio de 2009. Disponível em: <[http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=\(RE\\$.SCLA. E 576847.NUME.\) OU \(RE.ACMS. ADJ2 576847.ACMS.\)&base=baseAcordaos](http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=(RE$.SCLA. E 576847.NUME.) OU (RE.ACMS. ADJ2 576847.ACMS.)&base=baseAcordaos)>. Acesso em: 05 out. 2011.

Contudo, a admissão das tutelas de urgência nos juizados especiais cíveis estaduais intrinsecamente traz consigo a possibilidade de impugnação imediata, pois, ainda que a impugnação postergada seja compatível com a maioria das decisões interlocutórias, especificamente a reapreciação das questões que envolvem tutelas de urgência, naturalmente, não podem aguardar impugnação diferida, sob pena de perecimento da própria pretensão posta em juízo. Nesse diapasão, opinam Alexandre Freitas Câmara e Bruno Garcia Redondo:

[...] existem decisões que, devido ao seu intrínseco potencial danoso ou lesivo ao direito da parte, devem ser passíveis de impugnação imediata, não sendo possível impor, à parte, a espera longa e indefinida sobre a prolação de sentença, para que, apenas futuramente, possa insurgir-se contra a ameaça atual.¹⁵³

Ao final da análise das razões pelas quais se baseia o acórdão proferido nos autos do Recurso Extraordinário nº 576.847/BA, resta evidente o ferrenho embate entre a doutrina dominante e o posicionamento do Supremo Tribunal Federal. Entretanto, a crítica doutrinária representa o primeiro passo para que futuramente haja um entendimento uníssono que certamente representará a solução mais adequada à prática forense e à técnica jurídica, sempre observado o respeito às garantias processuais.

¹⁵³ CÂMARA, Alexandre Freitas; REDONDO, Bruno Garcia. Da possibilidade de impugnação imediata de decisão interlocutória em juizado estadual: críticas ao posicionamento adotado no RE 576.847/BA. *Revista de processo*. São Paulo, v. 34, n. 176, p. 132, out. 2009.

CONCLUSÃO

O presente estudo acadêmico, ainda que amplo, não esgota o imenso campo de debate sobre o tema, mas certamente permite uma conclusão fundamentada que considera as implicações constitucionais, principiológicas e até mesmo sociais que orbitam a irrecurribilidade imediata das decisões interlocutórias nos juizados especiais cíveis estaduais.

Independentemente da afinidade por quaisquer das vertentes delineadas, resta cristalino que os juizados especiais representam verdadeiros aliados no combate ao caos em que se insere a atual prestação jurisdicional: ao mesmo tempo em que facilitam o acesso das classes menos abastadas à justiça, também auxiliam na redução dos amontoados processos que lotam as instâncias ordinárias e se multiplicam a uma velocidade descomunal.

Todavia, nenhum modelo de prestação jurisdicional é imune a problemas e críticas. A *litigiosidade contida* transformou-se em litigiosidade exorbitante, o procedimento sumaríssimo que deveria ser pautar por critérios de celeridade e economia processual muitas vezes chega a se equiparar a morosidade do procedimento ordinário.

Eis que surge a figura do operador do direito, o responsável por corrigir eventuais falhas na prestação jurisdicional, o verdadeiro garantidor das garantias arduamente conquistadas ao longo dos tempos. Enfim, cumpre ao operador do direito trilhar os caminhos da justiça e do Direito. A situação não é diferente no estudo concretizado.

Conclui-se que a discussão decorrente da irrecurribilidade das decisões interlocutórias no âmbito dos juizados especiais cíveis estaduais, ainda que com singelas possíveis variações, se resume basicamente a duas alternativas: (i) a adesão à corrente que apregoa a incondicional impugnação em separado dos pronunciamentos interlocutórios nos juizados especiais cíveis estaduais, sob a justificativa de violação aos princípios da celeridade e da oralidade, bem como de eventual incompatibilidade entre diversos institutos e o procedimento especial, ainda que em detrimento da própria pretensão do jurisdicionado e do próprio critério de justiça; ou (ii) à relativização do postulado da irrecurribilidade das decisões interlocutórias, justificada pela priorização das garantias processuais que resguardam a prestação jurisdicional justa e adequada, dando concretude à informalidade e à simplicidade em prol do verdadeiro objetivo do processo.

Sem dúvidas, ambas as correntes possuem sólidos fundamentos, tanto o é que o primeiro representa o posicionamento do Supremo Tribunal Federal, enquanto o segundo resume o entendimento de renomados doutrinadores que colaboram para a evolução da ciência do Direito. Entretanto, a incompatibilidade entre ambas as alternativas implica na prevalência de uma em detrimento da outra.

Diante da polêmica, com o devido acato à opinião contrária, parece-me mais razoável a segunda opção, aquela sustentada pela doutrina, que apregoa a mitigação do postulado de irrecorribilidade das decisões interlocutórias no âmbito dos juizados especiais cíveis estaduais. Desde já, com destaque ao fato de que, apesar de ser contrária à interpretação do Pretório Excelso, inclusive, após o reconhecimento da repercussão geral da matéria, não há qualquer óbice à modificação do entendimento ao qual se filia a Suprema Corte.

De nada adiantaria atribuir aos juizados especiais a competência para processar e julgar as causas cíveis de menor complexidade se não fosse possível o manejo dos instrumentos necessários à adequada tutela das pretensões deduzidas em juízo. De igual modo, é ineficaz a redução do número de demandas submetidas ao crivo do Judiciário se tal ato não contribui para a efetiva resolução da lide. Em outros termos, pacificação social sem justiça é sinônimo de irresignação social com grande potencial de originar um novo litígio.

Por outro lado, a escolha efetuada requer posicionamento em relação a um segundo impasse sobre qual seria o instrumento impugnatório mais adequado. A primeira ressalva é a de que seja assegurada a impugnação imediata, de forma que a via impugnatória utilizada é questão de menor relevância.

Apresentam-se como alternativas os institutos processuais do agravo de instrumento, do mandado de segurança e da correção parcial, os quais revelam – nesta ordem – os meios tecnicamente mais adequados à impugnação imediata das decisões interlocutórias no âmbito dos juizados especiais cíveis estaduais. Restou demonstrado, ainda, que nenhuma das vias supramencionadas suspende a marcha processual do feito.

A preferência atribuída ao agravo de instrumento se consubstancia no fato de ser o recurso, por sua própria natureza, cabível na hipótese de impugnação dos pronunciamentos interlocutórios com alto potencial lesivo. Ademais, sua atual regulamentação é plenamente compatível com o procedimento regulamentado pela Lei nº 9.099/95, principalmente quando reconhecido o *Estatuto dos juizados especiais*.

Em segundo lugar, apresenta-se o mandado de segurança contra ato judicial. Apesar de ser o remédio constitucional cabível para impugnar decisões que não possuam recurso cabível previsto em lei, o *writ* não é um recurso, mas sim um instrumento autônomo de impugnação com função de sucedâneo recursal. Seu manejo não representa qualquer ofensa ao procedimento especial, mas sua utilização na hipótese, ainda que admitida, representa certo desvirtuamento em sua natureza.

Em última hipótese, deve-se admitir a correção parcial. Assim como o *mandamus*, o instituto também representa uma ação autônoma de impugnação com características de sucedâneo recursal. No entanto, sua natureza administrativa impõe densas restrições a seus efeitos recursais. É discutível, ainda, a sua constitucionalidade.

REFERÊNCIAS

ALVIM, José Eduardo Carreira. Comentários aos artigos 2º e 6º. In: CARVALHO, Luís Gustavo Grandinetti Castanho de (Org.). *Lei dos Juizados Cíveis e Criminais Comentada e Anotada*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

ANDRIGHI, Fátima Nancy; BENETI, Sidnei Agostinho. *Juizados Especiais Cíveis e Criminais*. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. *Direito Constitucional: aspectos contemporâneos*. Belo Horizonte: Fórum, 2006.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Tutela cautelar e tutela antecipada: tutelas sumárias e de urgência*. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942*. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

BRASIL. *Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973*. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

BRASIL. *Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995*. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

BRASIL. *Lei nº 9.139, de 30 de novembro de 1995*. Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, que tratam do agravo de instrumento. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9139.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

BRASIL. *Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001*. Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10259.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

BRASIL. *Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009*. Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12016.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

BRASIL. *Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009*. Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12153.htm>. Acesso em: 05 out. 2011.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Verbete Sumular 376. Compete a turma recursal processar e julgar o mandado de segurança contra ato de juizado especial. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/sumanot/toc.jsp?&b=TEMA&p=true&t=&l=10&i=380#TIT376TEMA0>>. Acesso em: 05 out. 2011.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Enunciado Sumular 267*. Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=267.NUME.NAO.S.FLSV.&base=baseSumulas>>. Acesso em: 05 out. 2011.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário. 1. Não cabe mandado de segurança das decisões interlocutórias exaradas em processos submetidos ao rito da Lei n. 9.099/95. 2. A Lei n. 9.099/95 está voltada à promoção de celeridade no processamento e julgamento de causa cíveis de complexidade menor. Daí ter consagrado a regra da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, inarredável. 3. Não cabe, nos casos por ela abrangidos, aplicação subsidiária do Código de Processo Civil, sob a forma de agravo de instrumento, ou o uso do instituto do mandado de segurança. 4. Não há afronta ao princípio constitucional da ampla defesa (art. 5º, LV da CB), vez que decisões interlocutórias podem ser impugnadas quando da interposição de recurso inominado. Recurso extraordinário a que se nega provimento. *RE 576.847-3/BA*. Tribunal Pleno. Recorrente: Telemar Norte Leste S/A. Recorrido: Ernestina Borges dos Santos. Relator: Min. Eros Grau. Brasília, 20, de maio de 2010. Disponível em: <[http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=\(RE\\$.SCLA.E.576847.NUME.\)OU\(RE.ACMS.ADJ2.576847.ACMS.\)&base=baseAcordaos](http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=(RE$.SCLA.E.576847.NUME.)OU(RE.ACMS.ADJ2.576847.ACMS.)&base=baseAcordaos)>. Acesso em: 05 out. 2011.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal*. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoRegimentoInterno/anexo/RISTF_Julho_2011.pdf>. Acesso em: 05 out. 2011.

BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de direito constitucional*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CÂMARA, Alexandre Freitas. *Juizados Especiais Cíveis Estaduais, Federais e da Fazenda Pública: uma abordagem crítica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

CÂMARA, Alexandre Freitas; REDONDO, Bruno Garcia. Da possibilidade de impugnação imediata de decisão interlocutória em juizado estadual: críticas ao posicionamento adotado no *RE 576.847/BA*. *Revista de processo*. São Paulo, v. 34, n. 176, out. 2009.

CATALAN, Marcos Jorge. *O procedimento do juizado especial cível*. São Paulo: Mundo Jurídico, 2003.

CHIMENTI, Ricardo Cunha. *Teoria e Prática dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. *Teoria e Prática dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais*. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de Direito Processual Civil*. 4. ed. Campinas: Bookseller, 2009.

CINTRA, Antônio Carlos; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

COSER, José Reinaldo. *Da Correição parcial*. Leme: BH, 2003.

CUNHA, Luciana Gross Siqueira. Juizado especial: ampliação do acesso à justiça?. In: SADEK, Maria Tereza (Org.). *Acesso à justiça*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo*. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

DONIZETTI, Elpidio. *Curso didático de direito processual civil*. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FACCI, Lúcio Picanço. *Mandado de segurança contra atos jurisdicionais*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004.

HESS, Heliana Maria Coutinho. *Acesso à justiça por reformas judiciais*. Campinas: Millenium, 2004.

HUTTER, Rudolf. *Os princípios processuais no Juizado Especial Cível*. São Paulo: Iglu, 2004.

JORGE, Flávio Cheim. *Teoria geral dos recursos cíveis*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

MACEDO, Elaine Harzheim; DUARTE, Liza Bastos. Correição parcial e sua (in)constitucionalidade. *Revista dos Tribunais*. São Paulo, v. 96, n. 859, mai. 2007.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Teoria geral do processo*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Curso de processo civil*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MARQUES, José Frederico. *Instituições de direito processual civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

MEDINA, José Miguel Garcia; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Recursos e ações autônomas de impugnação*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MENEZES, Gustavo Quintanilha Telles de. Aspectos relevantes do sistema recursal dos juizados especiais. In: MIRANDA NETTO, Fernando Gama de; ROCHA, Felipe Borring (Org.). *Juizados especiais cíveis: novos desafios*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MIRANDA NETTO, Fernando Gama. Garantias do Processo Justo nos Juizados Especiais Cíveis. In: MIRANDA NETTO, Fernando Gama de; ROCHA, Felipe Borring (Org.). *Juizados especiais cíveis: novos desafios*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

NERY JÚNIOR, Nelson. *Teoria geral dos recursos*. 6. ed. São Paulo: RT, 2004.

_____. *Princípios do processo na Constituição Federal: processo civil, penal e administrativo*. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de Direito Processual Civil*. 3. ed. São Paulo: Método, 2011.

NUNES, Dierle José Coelho. *Direito Constitucional ao recurso: Da teoria geral do recursos, das reformas processuais e da comparticipação nas decisões*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

REDONDO, Bruno Garcia. Da recorribilidade das decisões interlocutórias nos juizados especiais cíveis federais e estaduais. In: MIRANDA NETTO, Fernando Gama de; ROCHA, Felipe Borring (Org.). *Juizados especiais cíveis: novos desafios*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

REINALDO FILHO, Demócrito Ramos. *Juizados especiais cíveis: comentários à Lei nº 9.099/95*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

SCARTEZZINI, Ana Maria Goffi. O prazo razoável para a duração dos processos e a responsabilidade do Estado pela demora na outorga da prestação jurisdicional. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; WAMBIER, Luiz Rodrigues; GOMES JÚNIOR, Luiz Manoel; FISCHER, Octavio Campos; FERREIRA, William Santos (Coord.). *Reforma do Judiciário: primeiras reflexões sobre a emenda constitucional n. 45/2004*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

TEDESCO, Paulo Camargo. Meio de impugnação das decisões interlocutórias nos juizados especiais cíveis. *Revista de processo*. São Paulo, v. 33, n. 156, fev. 2008.

_____. O STF e a irrecorribilidade das decisões interlocutórias nos Juizados especiais cíveis. *Revista de processo*. São Paulo, v. 34, n. 178, dez. 2009.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. 45. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

TOURINHO NETO, Fernando da Costa; FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. *Juizados Especiais Federais Cíveis e Criminais: comentários à Lei 10.259, de 10.07.2011*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

TUCCI, Rogério Lauria. *Curso de direito processual civil*. São Paulo, Saraiva, 1989.

WALD, Arnaldo. *Do mandado de segurança na prática judiciária*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Os agravos no CPC brasileiro*. 4. ed .São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

WATANABE, Kazuo. Filosofia e características básicas do juizado especial de pequenas causas. In: WATANABE, Kazuo (Coord.). *Juizado especial de pequenas causas: Lei 7.244, de 7 de novembro de 1984*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.

XAVIER, Flávia da Silva; SAVARIS, José Antônio. *Recursos cíveis nos Juizados Especiais Federais*. Curitiba: Juruá, 2010.